

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO DE PAIVA
ATA N.º 11 DE 27/02/2023

No dia 27 de fevereiro de 2023, reuniu, pelas 20:00 horas, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho de Castelo de Paiva em sessão ordinária, a Assembleia Municipal (AM), com a seguinte ordem de trabalhos:

Período Antes da Ordem do dia

1. Informações gerais e expediente.
2. Votação da ata da reunião extraordinária de 28 de outubro de 2022.
3. Votação da ata da reunião ordinária de 12 de dezembro de 2022.
4. Assuntos gerais de interesse municipal.
5. Apreciação da informação escrita da atividade da CM e da situação financeira do Município.

Intervenção do Público

6. Intervenção do Público

Período da Ordem do dia

7. Apreciação e deliberação do Plano anual de Recrutamentos, Caracterização dos Postos de Trabalho e Mapa de Pessoal – 2023.
8. Apreciação e deliberação de Proposta de prorrogação do prazo de transferência das competências para o Município no domínio da ação social.
9. Apreciação e deliberação da Carta Social Municipal de Castelo de Paiva.
10. Designação de dois membros para a Comissão Alargada da CPCJ de Castelo de Paiva.
11. Apreciação e deliberação de proposta de alteração ao Regimento da Assembleia Municipal.
12. Informação para apreciação e conhecimento da AM:
 - 12.1. Compromissos Plurianuais – 4.º Trimestre de 2022.
 - 12.2. Declaração de compromissos plurianuais a 31.12.2022.
 - 12.3. Declaração de recebimentos em atraso a 31.12.2022.



12.4. Declaração de pagamentos em atraso a 21.12.2022.

12.5. Relatório de Atividades da CPCJ de Castelo de Paiva – 2022.

Intervenção do Público

13. Intervenção do Público.

Mesa:

Presidente: Almiro Miguel dos Santos Rodrigues Moreira

Primeiro Secretário, em exercício: Inês Duarte da Silva Martins

Segunda Secretária: Ana Margarida Pinto da Rocha

Membros Eleitos presentes na sessão:

- Almiro Miguel dos Santos Rodrigues Moreira (GMPSD);
- Filipe Miguel de Sousa da Costa, em substituição de José António da Costa Moreira da Rocha e de Gonçalo Fernando da Rocha de Jesus (GMPS);
- Pedro Maldonado Martins de Carvalho (GMPSD);
- Manuel António da Rocha Pereira (GMPS);
- Jorge Humberto Castro Rocha Quintas (GMMPM);
- Cláudia Vanessa da Silva Rodrigues Pereira (GMPSD);
- Maria de Fátima Reis Laranja Strecht Ribeiro (GMPS);
- Paulo Ramalheira Teixeira (UCPT);
- Carlos Filipe Gonçalves Trindade (GMPSD);
- Manuel António Fernandes Mendes (GMPS);
- António Luis da Costa Esteves (GMPSD);
- Sílvia Raquel Amaral da Cruz (GMMPM);
- António da Silva Pinto (GMPS);
- Ana Margarida Pinto da Rocha (GMPSD);
- Giselda Martins de Sousa Neves (GMPS);
- Paulo Carlos Alves Vieira (UCPT);
- Manuel José Soares Marçal (GMPSD);
- João Luiz da Silva Vieira (GMMPM);
- Ângelo Soares Fernandes (GMPS);
- Inês Duarte da Silva Martins (GMPSD);

[Handwritten signatures]



Fls. 228

- José Vieira Gonçalves (GMPS).

Presidentes de Junta de Freguesia presentes na sessão:

- António da Costa e Cunha (GMPSD);
- Joaquim Luiz Vieira Martins (GMPS);
- Ricardo Jorge Mendes Cardoso (GMPS);
- Francisco Manuel Fernandes Silva (GMPSD);
- Carlos Manuel da Silva Moreira (GMPSD);
- Carlos Alberto Moreira da Rocha (GMMPM).

Elementos da Câmara Municipal (CM) presentes na sessão:

Presidente da Câmara: José Duarte de Sousa e Rocha

Vereadores: José António dos Santos Vilela, Liliana Catarina Martins Vieira, José Manuel Moreira de Carvalho, António dos Santos Rodrigues, Vitor Manuel Quintas Pinho e Ricardo Jorge Martins Alves.

Verificada a existencia de quórum Sr. Presidente da AM declarou aberta a sessão pelas 20:05 horas.

O Sr. Presidente da AM deu nota dos seguintes pedidos de substituição para a presente sessão:

- Gonçalo Fernando da Rocha de Jesus, eleito pelo PS, nos termos do previsto no n.º 1, do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, substituído pelo membro José António da Costa Moreira da Rocha, nos termos do previsto no n.º 1, do artigo 9.º do Regimento da AM, e no artigo 79.º da referida Lei.
- José António da Costa Moreira da Rocha, eleito pelo PS, nos termos do previsto no artigo 77.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, pelo período de 10 dias, nos termos do previsto nos termos do previsto no n.º 2 e 3 - alínea g), do artigo 4.º do Regimento da AM, e do artigo 77.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua redação atual, que depois de apreciado foi aprovado por unanimidade.

De seguida operou-se a respetiva substituição pelo membro Filipe Miguel de Sousa da Costa, nos termos do previsto no n.º 4, do artigo 76.º da referida Lei.



Período Antes da Ordem do dia

1. Informações gerais e expediente.

O Sr. Presidente da AM usou da palavra para informar que há a intenção de manter a cerimónia de comemoração do 25 de abril de 1974 em articulação com a Câmara Municipal, tendo pedido aos membros da AM que enviem os seus contributos para a definição do programa das comemorações até ao dia 15 de março.

Informou também que a Mesa, em conjunto com a Câmara Municipal, decidiu indicar o membro Manuel Marçal (GMPSD) para a definição do programa artístico.

O membro Manuel Mendes (GMPS) usou da palavra para dar nota que consta na correspondência recebida uma comunicação da “ANAM (Associação Nacional das Assembleias Municipais)” a solicitar o pagamento da quota anual, tendo ficado com dúvidas sobre se a AM pertence àquela associação.

O membro Jorge Quintas (GMMPM) usou da palavra para também ele solicitar um esclarecimento relativo à comunicação remetida pela ANAM a solicitar o pagamento da quota anual.

Solicitou também um esclarecimento relativo à participação do Sr. Presidente da AM numa reunião de Presidentes de Assembleias Municipais do Distrito de Aveiro promovida pela ANAM.

O Sr. Presidente da AM esclareceu que a comunicação da ANAM a solicitar o pagamento da quota anual configurava um lapso daquela entidade, tal como deu nota à referida entidade.

Informou que a reunião de Presidentes de Assembleias Municipais do Distrito de Aveiro promovida pela ANAM foi aberta a não associados, daí a sua participação.

O membro Manuel Mendes (GMPS) referiu-se novamente à questão da comunicação remetida pela ANAM a solicitar o pagamento da quota anual, acreditando que se trataria de um erro dos serviços administrativos de apoio

sendas
VMS



Fls. 229

à AM, dado que no site da associação consta que Castelo de Paiva é seu associado.

O Sr. Presidente da AM reiterou que se tratava de um lapso da ANAM. Disse que vai reiterar junto da direção da associação que se trata de um erro.

Disponibilizou-se a facultar as comunicações trocadas com a ANAM a esse respeito.

2. Votação da ata da reunião extraordinária de 28 de outubro de 2022.

O membro Jorge Quintas (GMMPPM) usou da palavra para dizer que tinha feito uma proposta ao Sr. Presidente da AM à qual deu resposta, facto com o qual se congratula, no sentido de ser disponibilizado o áudio da sessão juntamente com o projeto da ata.

Também se congratulou com a identificação nas atas, a negrito, dos intervenientes.

Deliberação: Apreciada e aprovada por unanimidade dos membros presentes na dita sessão.

3. Votação da ata da reunião ordinária de 12 de dezembro de 2022.

Deliberação: Apreciada e aprovada por unanimidade dos membros presentes na dita sessão.

4. Assuntos gerais de interesse municipal.

O membro Fátima Strecht (GMPS) usou da palavra para perguntar ao Sr. Presidente da Câmara quando é que o “BUPI – Balcão único do Preácio” estará disponível no concelho. Disse que é uma ferramenta importante que já funciona em vários concelhos.

Deu nota que tem assistido a melhoramentos na área sobrante do parque da feira, designadamente, o melhoramento do caminho junto ao tanque público ali existente e na vedação junto à parcela de terreno de um particular.

Perguntou se os trabalhos estão a cumprir o que foi decidido pelo tribunal. Solicitou ao Sr. Presidente da Câmara que lhe forneça uma planta pormenorizada daquela área.



O membro João Vieira (GMMPM) usou da palavra para se referir à toponímia na freguesia de Sobrado. Disse que é de mau gosto que na rua que vai da Casa do Povo ao Alto de Vegide, na qual durante muitas décadas existiu uma sinalética que dizia “D.^a Teresa Taveira, mãe de Santo António”, tenha sido colocada uma nova sinalética e tenham omitido “mãe de Santo António”, o que é grave, porque o facto de ter aquela expressão faz todo o sentido (omitiram a história de Castelo de Paiva), impondo-se repor toda a verdade naquela placa (se for muito caro para a Câmara Municipal ele, e o seu movimento, colocam lá a placa).

Deu nota que relativamente à Rua Soeiro de Paiva, o primeiro escrito que se conhece em português, em Portugal, é de D. Soeiro Paiva, um fidalgo da época medieval.

O membro Ângelo Soares (GMPS) usou da palavra para dar nota que estão a ser feitas marcações e colocadas estacas que presume serem relativas às obras de conclusão da Variante à EN 222, pelo que questionou se já há fumo branco em relação a este assunto.

Salientou o excelente trabalho feito pela Câmara Municipal na linha de água que passa dentro da capela da Póvoa e que inundava o espaço.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Real, Carlos Rocha (GMMPM), usou da palavra para perguntar se a Câmara Municipal tem um inventário das casas devolutas existentes no concelho.

Manifestou a sua preocupação em relação a uma habitação no centro de Real que está em muito mau estado.

Questionou se é possível chamar alguns proprietários com poder económico para que reabilitem as suas casas.

Questionou também se relativamente à “ELH – Estratégia Local de Habitação”, a verba destinada ao concelho é suficiente em função do aumento da inflação a que se tem assistido; se vão ser construídas as casas que estavam previstas construir; se o Governo vai compensar as derrapagens que possam existir.

Saudades
Hora
E



Fls. 230

Deu nota de um “post” publicado pelo Dr. Gonçalo Rocha daquilo que seria o traçado final da conclusão da Variante à EN 222, tendo questionado se a Câmara Municipal tem conhecimento. Disse que espera que a obra não fique por fazer devido à mudança de ministro, tendo solicitado um esclarecimento.

O membro Rocha Pereira (GMPS) usou da palavra para se referir aos serviços públicos que são prestados no edifício do Tribunal: Finanças, Tribunal e Conservatória.

Deu nota que a Conservatória presta diversos serviços: registo civil, registo predial, comercial, automóvel, “Casa Pronta”, balcão de escrituras e habitação e partilhas, etc... Disse que só ao nível do registo civil são praticados os seguintes atos: nascimento, casamento, divórcios, óbitos, regularização de responsabilidades parentais, passaportes, cartão de cidadão, etc.

Deu também nota que se informou junto dos serviços e estão previstos sete funcionários e um Conservador na estrutura orgânica, mas que a 7 de fevereiro de 2023 apenas está ao serviço um funcionário e a Conservadora, ou seja, apenas 25% dos lugares previstos no quadro, consequência: os registos online estão suspensos; na manhã de hoje foram atendidas 35 pessoas (a média ronda as 40 pessoas por dia).

Referiu que a toponímia acarreta outro conjunto de atos, sendo frequente estar alguém a trabalhar ao sábado de manhã.

Informou que foi aberto um concurso para Assistente Técnico, mas apenas para quem tenha vínculo à função pública (último concurso foi aberto há vinte anos).

Em relação ao “BUPI – Balcão Único do Prédio”, disse que os Municípios de Cinfães e de Arouca já aderiram, presumindo que o Município de Castelo de Paiva se tenha preparado para isso. Disse que é preciso ter em conta o que é que isso vai significar em termos de acréscimo de serviço, porque quem não tiver artigos rústicos registados vai poder fazê-lo e gratuitamente, o que significa que as pessoas se vão dirigir aos serviços.



Referindo-se às obras que estão a ocorrer no edifício do Palácio da Justiça, disse que espera que em breve haja magnificas instalações, mas que podem faltar recursos humanos.

Salientou que os “CTT – Correios de Portugal” e o serviço de finanças também merecem uma atenção. Disse que há certidões negativas com atraso de três meses, o que impede, por exemplo, as pessoas de fazerem partilhas.

Sugeriu que a AM faça uma veemente recomendação à Câmara Municipal para que esta “faça barulho”, tal como fez aquando do eventual fecho do tribunal. Disse que noutras municípios essa intervenção das autarquias foi importantíssima para mudar as coisas.

O membro Paulo Teixeira (UCPT) usou da palavra para solicitar um ponto de situação da permuta de terrenos entre a Câmara Municipal e os Bombeiros Voluntários anunciada pelo Sr. Presidente da Câmara aquando da comemoração do 47.º Aniversário daquela instituição; ponto de situação da auditoria à Câmara Municipal; se já teve inicio a revisão da Carta Educativa e se já há uma empresa privada a desenvolver alguns procedimentos, sendo que em caso de resposta negativa, porque é que não se faz a revisão com a prata da casa como aconteceu de uma forma brilhante com a Carta Social, e que custou zero; solicitou um esclarecimento sobre um e-mail remetido pelo Sr. Presidente da AM ao Sr. Presidente da Câmara no dia 6 de fevereiro, no âmbito da Comissão Permanente de "Acompanhamento do disposto no Relatório Final do GT do Testamento do Conde de Castelo de Paiva", ao qual ainda não deu resposta, designadamente, tendo-se a Câmara Municipal constituído assistente no processo-crime referente ao furto ocorrido na Casa da Boavista, saber que diligências foram tomadas pelo mandatário da Câmara Municipal. Disse que esta situação é cada vez mais urgente dado que na semana passada foi detido um suspeito que se preparava para novo furto; ponto de situação da notificação judicial avulsa relativa à Rua Luis Aranha e Rua da Boavista, tendo requerido a consulta do processo.

*Saudade
Viva
Castelo de Paiva*



Fls. 231

Referindo-se à “ELH – Estratégia Local de Habitação”, em concreto ao projeto do bairro do Choupelo, disse que este terá sido devolvido ao Arquiteto pelo “IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana”, porque as áreas das casas projetadas violavam as normas daquela entidade. Disse que gostava de saber o que já foi feito e em que ponto de situação está este projeto.

Deu nota que a 22 de abril de 2022, o executivo municipal deliberou a aquisição de um terreno no lugar do Vale, Meio Castro, para implementação da “ELH – Estratégia Local de Habitação”, tendo solicitado um ponto de situação.

Concluiu, referindo que vê o carro da Câmara Municipal (Volkswagen Passat) a andar por todo o lado, inclusive com crianças a bordo. Disse que a viatura foi adquirida por deliberação da Câmara Municipal para ficar adstrita ao Presidente da Câmara, tendo pedido um esclarecimento.

O membro Giselda Neves (GMPS) usou da palavra para dizer que Castelo de Paiva foi o primeiro Município a apresentar a candidatura ao 1.º Direito (“ELH – Estratégia Local de Habitação”). Disse que há Municípios que já estão a entregar casas, pelo que Castelo de Paiva não se pode atrasar, tendo solicitado um ponto de situação.

Defendeu que a “ELH – Estratégia Local de Habitação” pode ser um mecanismo para resolver o problema da habitação no concelho. Disse que há casas alugadas a 100€/200€ que nem sequer têm uma casa de banho, pelo que têm de forçar a resolução dos problemas em prol da melhoria das condições de vida das pessoas.

Solicitou um ponto de situação relativo ao percurso pedestre “Viver o Payva D’ouro. Disse que é necessário saber se é melhor abandonar o percurso; se há terrenos a expropriar, que se faça isso.

Questionou quando é que está prevista a Casa de Emergência Social. Disse que todos os meses ocorrem situações de emergência: sem abrigo, famílias “espancadas”.



[Handwritten signature]
Solicitou um ponto de situação relativo à remodelação da escola EB2/3 de Sobrado.

Defendeu que não há educação de qualidade sem Auxiliares de Ação Educativa, sem professores, sem alunos e também sem instalações condignas, o que faz com que haja alunos a procurar outros concelhos para estudar.

Salientou que foram gastos 80.000,00€ em projetos, inclusive para rever o inicial, pelo que perguntava para quando o início das obras.

O membro Jorge Quintas (GMMPM) usou da palavra para dizer que o postal de Natal enviado à população pelo Sr. Presidente da Câmara, que agradeceu, não chegou a toda a gente. Disse que a Câmara Municipal tem o dever de alertar os “CTT – Correios de Portugal” que está a prestar um péssimo serviço no concelho (certamente por falta de pessoal).

Deu nota que na sessão da AM de 30 de setembro foi referida a ausência de marcação (pintura) na estrada da Ladroeira/Santo Adrião/Arouca, tendo o Sr. Presidente da Câmara respondido que essa marcação seria realizada durante o mês de janeiro deste ano (atraso na entrega da tinta encomendada para o efeito), o que ainda não aconteceu.

Deu também nota que o Sr. Presidente da Câmara também referiu que a “UCC – Unidade de Cuidados Continuados” iria funcionar no concelho a partir de janeiro deste ano, o que também ainda não aconteceu.

Solicitou um ponto de situação referente às duas situações anteriormente referidas.

O membro Manuel Mendes (GMPS) usou da palavra para fazer um ponto de situação da participação na Assembleia Intermunicipal da “CIM-TS – Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa”.

Solicitou um ponto de situação referente ao inquérito aberto pela Câmara Municipal no seguimento da atribuição de uma bolsa de estudo a um bombeiro; um ponto de situação das obras a decorrer no edifício “Marmoiral”, tendo questionado se já estão a ser emitidas licenças de utilização; um ponto de situação da limpeza das faixas de gestão de

*Ass. Adm.
Vila.*



Fls. 232

combustível, tendo solicitado a disponibilização do mapeamento das bocas-de-incêndio; os relatórios técnicos do “Plano de Defesa da Floresta e Luta contra Incêndios” e da Comissão Municipal de Proteção Civil; de uma listagem com os edifícios públicos que contêm amianto.

O Sr. Presidente da AM questionou o membro Rocha Pereira (GMPS) se a recomendação que fez à Câmara Municipal é no sentido de recomendar à Câmara Municipal a tomada de uma posição pública sobre a falta de recursos humanos na Conservatória. Questionou também se é para ser votada.

O membro Rocha Pereira (GMPS) respondeu que sim. Disse que não se recorda se a marcha a Arouca resultou de uma deliberação da Câmara Municipal e da AM.

Informou que a Sra. Conservadora está disponível para reunir com a Câmara Municipal e com a AM, porque diz ter a experiência que se o poder local não ajudar, ninguém ajuda.

O Sr. Presidente da AM colocou a recomendação à votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

O membro Jorge Quintas (GMMPPM) referiu que a recomendação também deveria abranger os “CTT – Correios de Portugal”.

O Sr. Presidente da AM respondeu que os “CTT – Correios de Portugal” são uma entidade privada, nas quais as instituições públicas não se devem intrometer, apesar de todos gostarem que os “CTT – Correios de Portugal” e outros serviços privados do concelho pudessem funcionar melhor.

O Sr. Presidente da Câmara usou da palavra para responder às questões que lhe foram colocadas.

Referindo-se à intervenção do membro Fátima Strecht (GMPS), informou que o concelho já aderiu ao “BUPI – Balcão único do Prédio”. Disse que o processo da toponímia obrigou a Câmara Municipal a alocar muitos recursos, o que fez com que os técnicos de “SIG – Sistemas de Informação Geográfico” não tivessem a oportunidade de fazer a formação, o que ocorrerá ainda durante este ano.



Relativamente à intervenção nos terrenos sobrantes do parque da feira, respondeu que se delimitou o que eram áreas de domínio privado e áreas de domínio público. Disse que a delimitação do terreno já tinha sido feita pelos técnicos municipais no decurso do anterior mandato, tendo essa delimitação sido confirmada recentemente. Referiu que a intervenção tem como finalidade limpar o terreno para proporcionar um espaço para estacionamento.

Referindo-se à intervenção do membro João Vieira (GMMPM), esclareceu que a toponímia já foi aprovada em 2017 e foi submetida a discussão pública. Referiu que o que foi aprovado nessa altura foi “Rua D.^a Teresa Taveira” pelo que as placas têm de respeitar essa condicionante, sendo que nada impede que mais à frente se coloque uma placa a fazer menção que é “mãe de Santo António”. Disse que tem procedido em conjunto com as Juntas de Freguesia à colocação das placas da toponímia.

Referindo-se à intervenção do membro Ângelo Fernandes (GMPS), informou que o Ex. Ministro Pedro Nuno Santos lhe deu a sua palavra no sentido de que a obra seria uma realidade, sendo que as datas estabelecidas estão a ser cumpridas. Referiu que estão a ser feitas as marcações na zona da Lomba desde o final do ano passado, esperando que a obra se inicie no final do ano de 2023, início de 2024.

Referindo-se à intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Real, Carlos Rocha (GMMPM), respondeu que a “ELH – Estratégia Local de Habitação” está em andamento, tendo informado que a Câmara Municipal já adquiriu terrenos em Real e em Bairros; há terrenos pertença do Município que serão adaptados para a “ELH – Estratégia Local de Habitação”; que ainda há outras freguesias onde é necessário encontrar solução (está em contato com os Senhores Presidentes de Junta) para a eventual aquisição de terrenos.

Referindo-se à intervenção do membro Paulo Teixeira (UCPT), respondeu que o “IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana” não mandou o projeto do Choupelo para trás, tendo explicado que foi

*Sessão
Aberta*



Fls. 233

contratada uma empresa de arquitetura pelo anterior executivo que, em primeiro lugar, se debateu com um problema de uma linha de água prevista nas cartas que a “APA – Agência Portuguesa do Ambiente” concluiu que não existe, mas que esta mesma entidade tem colocado condicionantes ao projeto de arquitetura. Disse que há um financiamento máximo por tipologia por m², sendo que o Arquiteto terá de cumprir com as áreas máximas definidas pelo “IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana” para que consigam ter o financiamento a 100%.

Informou que estão a aguardar os termos de aceitação do “IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana” para a reabilitação das casas dos bairros sociais pertencentes ao Município, ainda durante o ano de 2023.

Referindo-se novamente à intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Real, Carlos Rocha (GMMPPM), na parte referente às casas devolutas, respondeu que os dados que possui são dos “Censos 2011”, mas relativos a casas não ocupadas. Disse que em relação ao caso concreto referido pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Real, disse que teve a oportunidade de se encontrar com a proprietária que demonstrou vontade em reabilitar a casa, esperando que isso aconteça para servir de habitação a alguma família.

Referindo-se à intervenção do membro Rocha Pereira (GMPS), deu nota que o executivo em permanência tem estado a acompanhar o processo (falta de recursos humanos na Conservatória), tendo referido que o problema está no facto de grande parte dos funcionários estarem de baixa. Reconheceu que também há falta de pessoal, é muito limitativo ter apenas a Conservadora e um funcionário ao serviço, pelo que irão pressionar o Governo para que coloque os serviços públicos do concelho a funcionar.

Sobre os “CTT – Correios de Portugal”, informou que reuniu recentemente com o chefe da entidade e com os Senhores Presidentes de Junta, tendo sido demonstrado o descontentamento com os atrasos verificados na entrega da correspondência e daquela que se perde. Disse que se o

Auditor
VMI
J.



Fls. _____

problema não for resolvido irá ser feita uma reclamação à “ANACOM - Autoridade Nacional de Comunicações”.

Referindo-se novamente à intervenção do membro Paulo Teixeira (UCPT), respondeu que relativamente à permuta de terrenos com os Bombeiros Voluntários, estão a fazer a análise de duas avaliações que já possuem. Referiu que há uma dúvida em relação às áreas de um dos terrenos, que terão de ser retificadas, para que não haja nem prejuízo, nem lucro, relativamente a cada uma das partes.

Informou que a auditoria à Câmara Municipal está a ser concluída.

Esclareceu que a Carta Social também foi elaborada pelos técnicos municipais (merecem o seu reconhecimento) em parceria com a “CIM-TS – Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa”, que por sua vez contratou uma empresa para o efeito.

Em relação ao e-mail que recebeu da Comissão Permanente de "Acompanhamento do disposto no Relatório Final do GT do Testamento do Conde de Castelo de Paiva", respondeu que foi dada ordem ao topógrafo do Município para dar início ao levantamento topográfico, dado que tiveram dificuldade em saber quantos metros/hectares (topógrafos trabalham com base nessas unidades de medida) estavam em causa para se fazer o procedimento. Disse que quando os levantamentos topográficos estiverem concluídos fará chegar a informação aos membros da comissão.

Informou que o Dr. Gomes Ferreira, em conjunto com o jurista da Câmara Municipal, Dr. Luis Carvalho, está a acompanhar o processo referente à Casa da Boavista, inclusive, da tentativa que ocorreu há poucos dias de roubo de aduelas de pipas.

Informou que o terreno em Real foi adquirido, foi feita a escritura, tal como foi feita a escritura do terreno adquirido junto ao edifício “Sol Nascente”, para que possam avançar com os projetos no âmbito da “ELH – Estratégia Local de Habitação”.

Sobre a viatura municipal (Volkswagen Passat) referida pelo membro Paulo Teixeira (UCPT), confirmou que anteriormente era utilizada pelos

*Susana
VH.*



Fls. 234

Presidentes de Câmara, mas que decidiu afetá-la aos serviços que dele necessitem.

Referindo-se à intervenção do membro Giselda Neves (GMPS), confirmou a existência de casas alugadas sem a dignidade necessária para acolher as pessoas. Disse que os serviços de ação social da Câmara Municipal têm acompanhado muitas dessas situações e têm encontrado soluções em conjunto com a Segurança Social para acolher pessoas em casas de abrigo. Deu nota que o projeto da Casa de Emergência Social está a ser elaborado para que o equipamento seja uma realidade durante o corrente ano (antiga escola de Gaído).

Relativamente ao percurso “Viver o Payva D’Ouro”, disse que os peritos atribuíram o valor de 160.000,00€ a cerca de 4.000 metros de terreno situado em zona “POACL”, na qual não se pode fazer nada (Câmara Municipal vai recorrer), pelo que não se percebe o critério da peritagem na realização da avaliação, esperando que a nova peritagem aja com mais bom senso. Defendeu que antes de se entrar em terrenos privados devia-se ter feito a devida negociação.

Quanto à requalificação da escola EB2/3, informou que quando chegou à Câmara Municipal existia um projeto que não cumpria com os requisitos e tiveram de pagar 16.000,00€ à empresa que o elaborou para o reformular: a colocação de climatização e de sistemas de eficiência energética; uma cobertura para que as crianças se abriguem em dias de chuva; os contentores para servirem de salas de aula no decurso das obras.

Deu nota que já iam no terceiro concurso público (dois primeiros ficaram desertos) quando o Tribunal de Contas detetou que o empreiteiro não detinha alvará para fazer a obra. Disse que fizeram a reformulação do projeto, lançaram a concurs, mas ficou deserto.

Informou que o programa “Portugal 2020” termina a 30 de junho, pelo que se a obra fosse lançada a novo concurso que poderia, ou não, ficar deserto, seria muito difícil que a escola ficasse pronta em cerca de um ano, e perderiam todo o financiamento.



Informou também que fez um acordo com o Município de Lousada (tinha necessidade de verbas para concluir investimentos em escolas), que ficou em ata, no qual Castelo de Paiva cedeu o valor necessário para a requalificação da escola EB2/3, com a obrigatoriedade de no programa “Portugal 2030” o mesmo valor ser devolvido pelo Município de Lousada, acrescido da majoração a que o concelho terá direito na divisão das verbas da “CIM-TS – Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa”. Disse que esta foi uma forma de o Município não perder a verba, esperando que tenham até ao final do ano as diretrizes do programa “Portugal 2030”, para quando os avisos saírem lançar a obra a concurso.

Defendeu que não pode acontecer neste processo o que aconteceu na obra de requalificação da EB1 de Oliveira do Arda, que está quase concluída, na qual não foram previstos corrimões na escadaria do piso inferior e superior; não foi previsto o aquecimento; não foi previsto o mobiliário escolar; as casas de banho interiores não podem ter portas, pelo que têm de minimizar essas falhas, conforme informação que foi prestada aos pais.

Referindo-se à intervenção do membro Jorge Quintas (GMMPM), informou que a tinta já foi encomendada e serão marcadas todas as estradas que foram recuperadas no seguimento dos incêndios de 2017.

Referindo-se à intervenção do membro Manuel Mendes (GMPS), respondeu que facultará a listagem com os edifícios públicos com amianto (ele próprio a solicitou ao anterior executivo). Disse que infelizmente ainda existem edifícios com amianto, porque não foram aproveitados financiamentos a 100% para a substituição deste material, esperando agora fazê-lo com as verbas previstas no âmbito do Fundo Ambiental.

Informou que foi feito o procedimento para a limpeza das faixas de combustível para o corrente ano.

Relembrou que o Município esteve desde 2018 sem “Plano Municipal de Defesa da Floresta e Luta contra Incêndios”, tendo sido aprovado no início do atual mandato, sendo que também é necessário que haja uma

*Pedro
Vieira*



Fls. 235

reformulação da legislação relativa ao reordenamento florestal para que se criem condições de segurança para pessoas e bens.

A Vereadora Liliana Vieira usou da palavra para responder às questões colocadas no âmbito dos pelouros que detém.

Informou que a Carta Educativa será discutida na reunião do Conselho Municipal de Educação que se vai realizar no dia de amanhã. Disse que a revisão do documento iniciar-se-á a partir de amanhã, tendo essa tarefa sido adjudicada a uma empresa especializada, dado que a Câmara Municipal não dispõe de recursos humanos que o possam fazer.

Informou que o montante de 30.000,00€ correspondente à adjudicação do serviço e não contempla somente a revisão da Carta Educativa, mas também a aquisição de serviços para a elaboração do Plano Estratégico da Saúde e Bem-Estar para o Município. Disse que este documento é muito importante para terem indicadores que lhes permitam melhorar a saúde no concelho.

Deu nota que a empresa estará presente na reunião do Conselho Municipal de Educação para apresentar aos conselheiros e entidades presentes os métodos de trabalho que serão aplicados na elaboração da Carta Educativa, algo que também ocorrerá no âmbito da saúde, dado que irá convocar em março o Conselho Municipal da Saúde para apresentar os métodos de trabalho que serão aplicados na elaboração do Plano Estratégico da Saúde e Bem-Estar.

Deu também nota que a Carta Social foi elaborada com o auxílio de uma consultoria contratada pela “CIM-TS – Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa” (Município terá de comparticipar o custo), algo que não ocorrerá com a revisão da Carta Educativa.

Referiu que os documentos que elencou constituem uma obrigação decorrente da delegação de competências, sendo fundamentais para sustentar o desenvolvimento do concelho nas respetivas áreas.

Relativamente à “UCC – Unidade de Cuidados à Comunidade”, informou que se realizou uma reunião em novembro com a “ARS-N – Administração

Anabela Xisto



Fls. _____

Regional de Saúde do Norte” e o “ACES – Agrupamento de Centros de Saúde do Vale do Sousa – Tâmega/Sul”, na qual foi informada que esta unidade arrancaria em janeiro de 2023, o que não aconteceu. Disse que questionaram as entidades referidas por escrito.

Informou que incumbia ao Município fazer as intervenções de adaptação do edifício da “USF de Castelo de Paiva” para a instalação da equipa, algo que já foi feito, mas a informação que têm daquelas entidades é a de que a equipa ainda não está completa, estando em falta um enfermeiro de reabilitação, bem como há dois funcionários em regime de mobilidade para que possa reforçar a equipa.

Deu nota que se encontrou com o deputado do PSD eleito por Aveiro, Rui Vilar Gomes.

Referiu que fez um ponto de situação do serviço de urgência no concelho, tendo o Sr. Deputado informado que já encetou diligências junto do Sr. Ministro da Saúde sobre a necessidade e a urgência de se ter esse serviço a funcional em Castelo de Paiva, sendo que não haverá abertura da parte do Sr. Ministro da Saúde para a concretização deste serviço 24h/dia. Disse que depois desta reunião estabeleceu, juntamente com o Sr. Presidente da Câmara, contatos para que possam ter rapidamente uma reunião com o Sr. Ministro da Saúde no sentido de tentarem reverter a sua decisão.

O Sr. Presidente da Câmara interveio novamente para confirmar que foram emitidas licenças de utilização para dois blocos de apartamentos do edifício “Marmoiral”.

Relativamente à Rua Luis Aranha, relembrou que o particular que deu origem à notificação judicial avulsa não deu mais nenhum impulso ao processo, reiterando que aquela rua é pública até que a última instância de um tribunal diga o contrário.

Em relação à bolsa de estudo, respondeu que o inquérito estará para ser concluído e poderá fazer chegar as suas conclusões aos membros da AM.

O membro Jorge Quintas (GMMPP) interveio novamente para dizer que afinal ainda não existia nenhuma “UCC – Unidade de Cuidados à

*Susel
Vila*



Fls. 236

“Comunidade”. Questionou se os custos das obras de adaptação da “USF de Castelo de Paiva” serão suportados pela Câmara Municipal.

O membro Paulo Teixeira (UCPT) interveio novamente para solicitar um ponto de situação das diligências efetuadas pelo Dr. Gomes Ferreira no âmbito do processo-crime do assalto à Casa da Boavista.

Perguntou ao Sr. Presidente da Câmara se deu resposta à notificação judicial avulsa (Rua Luis Aranha e Rua da Boavista).

O Sr. Presidente da Câmara respondeu que a Câmara Municipal não tem de responder à notificação. Disse que para si a rua é pública até que venha um supremo tribunal dizer que não o é, conforme já disse em anteriores reuniões da Câmara Municipal, pelo que não irá responder à notificação.

Respondeu também que o Dr. Gomes Ferreira está a acompanhar o processo em articulação com o jurista da Câmara, Dr. Luis Carvalho, podendo solicitar a este último que faça um ponto de situação. Disse que o processo está a correr os seus termos; que tem havido recuperação de peças; que o Ministério Público estará a concluir a acusação, pelo que espera que haja novidades em breve.

A Vereadora Liliana Vieira interveio novamente para responder à questão colocada pelo membro Jorge Quintas (GMMPM).

Salientou que a “UCC – Unidade de Cuidados à Comunidade” foi uma reivindicação sua logo na primeira reunião em que esteve presente no início do seu mandato, pelo que vai ser uma realidade e não vai descansar enquanto assim não for.

Reiterou que foram feitas obras de adaptação na “USF de Castelo de Paiva” porque o edifício é da Câmara Municipal, mas existe uma verba no Fundo de Financiamento da Descentralização que está destinada a obras de reabilitação dos edifícios, tal como irá acontecer com o custo do Plano Estratégico da Saúde e Bem-Estar.

Informou que esteve em janeiro na “ARS-N – Administração Regional de Saúde do Norte” e o Município será contemplado em cerca de 120.000,00€ para obras financiadas pelo “PRR – Plano de Recuperação e Resiliência”



para a beneficiação dos edifícios da saúde, designadamente, ao nível da eficiência energética.

5. Apreciação da informação escrita da atividade da CM e da situação financeira do Município.

O membro Jorge Quintas (GMMPPM) usou da palavra para felicitar a Câmara Municipal por não ter pagamentos em atraso a 31.12.2022. Questionou se os recebimentos em atraso no montante de 242.000,00€ têm a ver com as faturas da água ou se há outros itens que conduzam àquele montante.

Referiu que há uma verba no montante de cerca de 24.000,00€ para uma produtora de conteúdos de publicidade, tendo solicitado um esclarecimento.

Perguntou a que se refere um pagamento efetuado a “Gouveia Coelho – Brochado Coelho – Associados” no montante de 1.045,50€.

O membro Paulo Teixeira (UCPT) usou da palavra para dizer que falta mencionar na Atividade da Câmara as reuniões que o Sr. Presidente da Câmara realizou com os líderes dos GM e do UCPT a propósito do Mapa de pessoal; a participação do Sr. Presidente da Câmara na reunião extraordinária do Conselho Geral do Agrupamento de Escolas realizada no dia 3 de fevereiro; a participação do Sr. Vice-Presidente da Câmara no simulacro realizado no Agrupamento Vertical de Escolas de Castelo de Paiva.

Sobre a situação financeira, referiu-se a uma nota de honorários no montante de 1.045,50€ pago à sociedade “Gouveia Coelho – Brochado Coelho – Associados”, tendo questionado se se refere ao processo judicial n.º 589/22.3 BEPNF; porque é que desde 2017 que não é paga a quota relativa à participação do Município na “Associação Ibérica dos Municípios Ribeirinhos ao Douro”; qual a razão do não pagamento, desde 2016, dos subsídios no total de 2.250,00€ atribuídos à “Associação Desportiva Aventuras do Paiva”; que há molduras em vidro por pagar a uma empresa de Penafiel desde 2019; quando é que termina o contrato de



Fls. 237

pagamento de rendas à “Felreina – Sociedade Imobiliária S.A.”; que o Boletim Municipal de 2021 ainda está por pagar, tendo pedido uma justificação; solicitou um esclarecimento sobre a realização de um vídeo no valor de 2.500,00€, tal como o valor referente a refeições numa residencial em Águeda para um acolhimento de emergência.

Saudou a aquisição de equipamento para os parques infantis da Feitoria e de Curvite.

O Sr. Presidente da Câmara usou da palavra para esclarecer que o montante de 240.000,00€ relativo a recibimentos em atraso diz respeito a dívidas de municípios respeitantes a rendas, taxas diversas e faturas de abastecimento de água. Disse que com a medida de regularização extraordinária de dívidas que o executivo municipal lançou a Câmara Municipal arrecadou cerca de 140.000,00€.

Informou que o montante de 24.000,00€ diz respeito a um programa de promoção turística do território financiado a 85%.

Informou também que o pagamento efetuado a “Gouveia Coelho – Brochado Coelho – Associados” diz respeito à contratação daquele escritório de Advogados para a defesa do Município em dois processos judiciais instaurados pelo “STAL – Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local”, em representação de dois trabalhadores da Câmara Municipal seus associados (avaliações de desempenho relativas aos anos de 2011 e 2015).

Explicou que os restantes pagamentos em falta referidos pelo membro Paulo Teixeira (UCPT) justificam-se com a não apresentação, por parte dos credores, das certidões de não dívida às Finanças e à Segurança Social, não sendo considerados como dívida.

Confirmou que desde 2015/2016 que não é paga a quota anual à “Associação Ibérica dos Municípios Ribeirinhos ao Douro” no montante de 4.000,00€/ano. Disse que já contactou a associação para encontrar uma forma de efetuar o pagamento, porque o valor não foi cabimentado nos anos em causa.

Joaquim Moreira



Fls. _____

Deliberação: A AM tomou conhecimento.

Período de Intervenção do PÚBLICO

6. Intervenção do PÚBLICO

O munícipe Joaquim Moreira, residente na UF de Sobrado e Bairros, usou da palavra para questionar se o GT criado para o "Acompanhamento do disposto no Relatório Final do GT do Testamento do Conde de Castelo de Paiva" ouviu, ou pensa vir a ouvir, as pessoas ainda vivas nomeadas no testamento.

O Sr. Presidente da AM respondeu que deve levar essa questão à próxima reunião do GT.

Período da Ordem do dia

7. Apreciação e deliberação do Plano anual de Recrutamentos, Caracterização dos Postos de Trabalho e Mapa de Pessoal – 2023.

Presente uma proposta da Câmara Municipal subscrita pela Vereadora Liliana Vieira relativa a este ponto, que fica arquivada na pasta anexa à presente ata.

A Vereadora Liliana Vieira usou da palavra para fazer uma breve apresentação deste assunto.

Salientou que o Mapa de Pessoal que está hoje a apresentar não é o do executivo em permanência, mas sim aquele que será do agrado dos presentes.

Deu nota que depois da rejeição do documento na AM de dezembro, e na impossibilidade que se verificou de agendar nova AM para debater o tema, o executivo em permanência encetou contatos com os líderes dos GM e, posteriormente, com os Vereadores que compõem o executivo municipal, resultando na apresentação na penúltima reunião de Câmara de um Plano Anual de Recrutamento com 40 postos de trabalho, tendo sido reduzidos 12 postos de trabalho ao documento inicial: foram retirados 4 Técnicos Superiores, ficando um Técnico Superior de Engenharia Civil, um Técnico Superior de Arquitetura, um Técnico Superior de Contabilidade e um Técnico Superior de Medicina Veterinária; mantiveram o lugar de Fiscal

*Susbado
27.02.2023*

Municipal para fazer face à aposentação do anterior trabalhador; reduziram um Assistente Técnico; ficaram previstos 33 postos de trabalho para Assistentes Operacionais; passaram de 24 para 20 Auxiliares de Ação Educativa; ficaram 2 Auxiliares de Serviços Gerais, menos um; ficaram os Auxiliares de Serviços Gerais para a saúde, porque é uma obrigatoriedade no âmbito do processo concursal que está a decorrer na “ARS-N – Administração Regional de Saúde do Norte”; ficou um Motorista para a área da saúde; ficaram 8 Assistentes Operacionais para a “DOMA – Divisão de Obras Municipais e Ambiente”, tendo-se reduzido 1 Cantoneiro e 1 Pedreiro. Disse que nas reduções apresentadas, em doze, sete são na área da educação.

Reiterou que não é o Plano Anual de Recrutamento que queria apresentar, nem aquele que satisfaz as necessidades de recrutamento apresentadas pelos serviços municipais, mas é aquele que espera que seja aceite pela AM.

Salientou que é um assunto de extrema importância que urge resolver, dado que deixaram de ter dois Assistentes Operacionais nos quadros do Município ao serviço da área da educação, e há já também quatro pedidos de aposentação em curso.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho, Francisco Silva (GMPSD), usou da palavra para dizer que tem ouvido vários comentários sobre este assunto, e alguns deles a sugerir que este é um Plano Anual de Recrutamento para servir a clientela do PSD.

Questionou se o concurso da maior parte dos postos de trabalho em causa foi, ou não, iniciado em 2019; se se é verdade que quando o Sr. Presidente da Câmara chegou à autarquia 70% das avaliações já estavam atribuídas. Salientou que nunca lhe tinha passado pela cabeça que um Plano Anual de Recrutamento fosse chumbado, tendo em conta que haverá eleições em 2025, e aí o executivo será julgado pelos Paivenses, a não ser que a oposição veja aqui uma forma de bloquear o trabalho do executivo de servir os Paivenses.

*Assentado
Hab.
J...
27.02.2023*



Fls. _____

Deu nota que não conseguiu perceber o conteúdo das intervenções e comentários efetuados a este propósito; que não foi sequer comparar o mapa apresentado pelo PS em 2021 que votou favoravelmente, sendo que nesse não existiam as delegações de competência de hoje, nem as saídas por aposentação e mobilidade que se verificam.

Questionou se é verdade, ou não, que é verdade que a nova equipa (saúde) não tem custos para o Município, constituída por um médico e um enfermeiro para apoio domiciliário, tendo a Câmara Municipal apenas de fornecer um motorista que também fica a custo zero. Disse que há dois Auxiliares de Serviços Gerais que já prestam serviço na “ARS-R – Administração Regional de Saúde do Norte”, é só mudar os contratos, ficam a custo zero. Em relação à educação, referiu que a Dgeste comunicou que o nosso concelho precisa de ter 54 Auxiliares de Serviços Gerais: 6 cozinheiras para escola secundária; 16 Auxiliares de Serviços Gerais para os jardins-de-infância; 21 Auxiliares de Serviços Gerais para a UF da Raiva, Pedorido e Paraíso, ou seja, um total de 27. Disse que existem atualmente 77 postos de trabalho ocupados, faltam ocupar 20 para os números indicados pela Dgeste, e no Mapa do Pessoal tinha 24, pelo que 4 seriam as aposentações previstas.

Referiu que ainda de acordo como os números da Dgeste, são necessários 16 Assistentes Técnicos para o Agrupamento de Escolas de Castelo de Paiva e 6 Assistentes Técnicos para o Agrupamento de Escolas do Couto Mineiro do Pejão. Disse que existem atualmente 13 postos de trabalho ocupados, faltando ocupar 3 para cumprir os indicados pela Dgeste.

Questionou se os 4 funcionários previstos, além dos designados pela Dgeste, são para substituir as aposentações previstas; se querem, ou não, que os seus filhos e netos tenham um ensino de qualidade e sejam acompanhados por profissionais motivados.

Deu nota que em relação à Câmara Municipal, tinham 8 Técnicos Superiores: um Engenheiro Civil para a substituição de um Engenheiro aposentado; um Engenheiro Civil para a fiscalização de obras e elaboração

*Sundade
JAI
J*

de projetos; um Engenheiro do Ambiente para a substituição da Engenheira em mobilidade (não há um Engenheiro do Ambiente na Câmara Municipal); que não existe Psicóloga; só existe um Jurista em funções; não existe um Técnico Superior de Contabilidade; só existe um Técnico Superior de Veterinária, sendo necessário mais um em função da existência do canil, sendo que o salário é pago a 66% pela Câmara Municipal de Cinfães e 34% pela autarquia de Castelo de Paiva; só existe um Arquiteto, pelo que se este fica de baixa o serviço fica parado. Disse que se ouve na rua que não existe fiscalização, pelo que estava previsto um fiscal para substituir o que se aposentou; 3 Auxiliares de Serviços Gerais para substituir funcionários que pediram a aposentação.

Referiu que relativamente ao armazém, todos reclamam e pedem que as intervenções sejam rápidas, mas durante os últimos quatro anos recebeu sempre a mesma resposta: não há pessoal. Questionou se querem continuar a ouvir esta resposta.

Deu nota que estavam dois calceteiros; dois cantoneiros de limpeza; um marceneiro para substituir um trabalhador aposentado; três pedreiros para obras de administração direta; um serralheiro (têm de ter em atenção que com a delegação de competências há edifícios que passaram para o domínio municipal); dois canalizadores (desconhece que exista algum canalizador com as competências necessárias para as novas tecnologias existentes nos edifícios).

Salientou que concluiu que de 52 postos de trabalho, 30 não representam qualquer custo para o Município, porque os salários são pagos pelo Estado; 7 são substituições; 5 Técnicos Superiores para aumentar a eficiência nas respostas nesta área, que custam 125.000,00€; 9 Assistentes Operacionais, para proporcionar uma melhor resposta aos munícipes, que custam 135.000,00€. Disse que o custo total é de 260.000,00€, mais 34% do custo do Veterinário, pelo que não percebe onde foram buscar custos de 520.000,00€.



Fls. _____

Referiu que está convencido que o Plano do Anual de Recrutamento inicial, que votou favoravelmente, era o plano que o executivo considerava ser o mais adequado e que melhor servia os Paivenses.

Concluiu, referindo que se fosse oposição teria todo o gosto em dar todas as ferramentas ao Sr. Presidente da Câmara para fazer o seu trabalho e, se não o conseguisse fazer, seria sempre por incompetência do executivo e nunca por obstrução da oposição.

O membro Rocha Pereira (GMPS) usou da palavra para dizer que o Plano Anual de Recrutamentos está muito desnivelado, tal como aconteceu com o Plano de Saneamento Financeiro de 2009.

Deu nota que a Câmara Municipal aprovou o anterior Plano Anual de Recrutamentos; este baixou à AM, que no âmbito de um poder soberano que detém o rejeitou, tendo questionado quantas vezes, nos últimos anos, é que o PSD votou a favor um documento desta importância apresentado pelo PS (respondeu, zero). Disse que terminou aqui a 1.ª fase.

Referiu que o segundo momento passa pelo requerimento de um membro da AM a requerer a convocação de uma AM extraordinária, tendo a AM deliberado, soberanamente, em sentido contrário; que depois disso o Sr. Presidente da AM fez uma convocatória de uma AM extraordinária que pouco depois desconvocou, sendo que só depois disso é que as coisas começaram a “carrilar”, tendo-se perdido tempo.

Disse que o Plano Anual de Recrutamento voltou à Câmara Municipal, que o aprovou, e baixou novamente à AM, sendo que assim é que as coisas estão corretas, apesar de aquele órgão ter aprovado dois planos.

Defendeu que este era um documento essencial para o executivo em permanência, algo que foi reiterado na AM e na Câmara Municipal por mais do que uma vez, e que afinal sempre foi possível rever o Plano Anual de Recrutamento, e foi-o significativamente.

Salientou que houve quem (autarca) em vez de trabalhar numa solução alternativa àquela que a AM rejeitou, convocou a sua “falange de apoio” para uma AM que não se realizou.

*Senhador
Vila
f*



Fls. 240

Referiu que aconteceu aquilo que a oposição aqui disse da necessidade de se rever o documento, tendo ele próprio dito que aquele mapa não, jamais daria a sua anuência, considerando que o Sr. Presidente da Câmara lhes deu razão porque o alterou em 33% (redução) comparativamente com o documento inicial, o que representa uma derrota política para o Sr. Presidente da Câmara e para o executivo em permanência, porque se o documento era efetivamente fundamental o Sr. Presidente da Câmara diria que ia embora se não fosse aprovado.

Defendeu que os políticos têm de ter verticalidade, dando o exemplo das jornadas mundiais da juventude, e da posição do Sr. Presidente de Câmara de Lisboa que promoveu a alteração do orçamento para a construção do altar principal em função da opinião manifestada pelo Exmo. Sr. Presidente da República.

Lamentou que não se tenha discutido o essencial, pelo que o GMPS toma a iniciativa de requerer a realização de uma AM para discutir a educação, uma vez que as coisas estão ao contrário: vão aprovar o Mapa de Pessoal e só depois é que vão fazer o levantamento das necessidades. Disse que essa discussão será importante porque a Carta Educativa está a ser elaborada; a falta de alunos; o eventual encerramento de escolas no futuro; há menos alunos, mas há mais despesa com a educação, sendo este o caminho certo.

Realçou que o PS sempre foi, e é, defensor da escola pública.

Deu nota que o preocupa a instabilidade que se vive nas escolas, designadamente, as greves dos professores, que são legítimas, e os efeitos da covid-19, pelo que questiona se isso não afeta a qualidade do ensino e a capacidade de aprendizagem dos alunos, tendo-se também questionado se daqui a 10/15 anos os nossos alunos vão ter a educação que desejam: o que é importante é saber que tipo de qualidade de ensino querem para o concelho.

Referindo-se à intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho, Francisco Silva, disse que o montante de 520.000,00€ está escrito nos papéis.



Referiu que se quiserem ser consequentes com o que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho disse deviam votar contra, porque o Plano Anual de Recrutamento que é apresentado, a ser assim, é manco.

Informou que o GMPS vai viabilizar o documento, apesar de não estarem satisfeitos com ele, colocando os interesses da comunidade acima do resto, e não deixando de ter em conta “a marcha atrás” feita no processo pelo Sr. Presidente da Câmara.

O membro João Vieira (GMMPM) usou da palavra para dizer que não gostou que se tivesse dado a entender à opinião pública que a oposição é contra tudo e contra todos, porque nunca puseram em causa os empregos das pessoas das escolas e da saúde. Disse que o problema foi que juntamente com estas propostas a Câmara Municipal fez outras, essas sim, que não eram aceites pelo GMMPM.

Defendeu que a Câmara Municipal tem de organizar os seus recursos humanos.

Defendeu também que as escolas vão encerrar porque não há alunos.

Salientou que a oposição não é um empecilho ao bom funcionamento da Câmara Municipal, porque a maior parte das propostas que aqui são apresentadas têm passado.

Referiu que há pessoas que concorrem a determinados serviços da Câmara Municipal que mesmo apresentando um grande currículo e fazendo uma boa pontuação, o que conta é a entrevista final. Disse que o indivíduo que faz a entrevista final é que lhe parece que é o “manda-chuva” da Câmara Municipal, pelo que no caso concreto o Sr. Presidente da Câmara devia dizer que quem manda aqui é ele.

Concluiu, reiterando que o Sr. Presidente da Câmara pode mandar colocar a inscrição na placa que referiu na sua intervenção inicial.

O membro Paulo Teixeira (UCPT) usou da palavra para dizer que em dezembro último o UCPT fez, sobre esta matéria e neste órgão, uma intervenção baseada, fundamentalmente, na questão da educação.

*Sessão
Votação
J*

Reiterou que não é contra o Mapa de Pessoal, mas sim contra um presente envenenado que deram ao concelho e que faz disparar os custos com o pessoal, e o facto de haver uma ausência total de planeamento quanto ao futuro da nossa educação.

Recordou que o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Gaia referiu a 14 de fevereiro de 2023, e citou "... a Câmara Municipal de Gaia tem um buraco de 8.000.000,00€ face às competências que foram transferidas e ao valor que a Câmara Municipal necessita".

Informou que hoje, através do Decreto-Lei nº 16/2023, o Governo vai repor algumas injustiças, como o seguro de acidentes de trabalho, mas que isso ainda não chega.

Salientou que em dezembro de 2021 alertou a AM e, ao longo de 2022 e 2023, avisou outros fóruns que tinham de parar para pensar: nada fizeram, andam a empurrar o problema com a barriga para a frente.

Questionou se os presentes sabiam que na educação pré-escolar os grupos são constituídos por um mínimo de 20 e um máximo de 25 crianças; se sabiam que com menos de 20 crianças o Ministério da Educação não permite a abertura de um jardim-de-infância; se sabiam que existem no concelho 15 jardins infantis da rede pública, e que 12 desses 15 têm entre 5 e 19 crianças, não cumprindo as normas do Ministério da Educação; se sabiam que em 2022 só nasceram 13 crianças na Raiva, Pedorido e Paraíso; se sabiam que daqui a 3 anos, as 5 escolas primárias (1 ciclo) existentes no Couto Mineiro só vão ter 13 alunos a frequentar o 1.º ano, o que dá cerca de 2,6 alunos por cada escola que existe atualmente no Couto Mineiro; se sabiam que em 2021 só nasceram 2 crianças em Real, menos uma do que em 2020, e que por força disso, a Escola do Adro (a única a funcionar na freguesia) só vai receber 2 alunos no ano letivo 2026/2027, contra os 10 alunos que a frequentam atualmente; se sabiam que atualmente 6 das 11 escolas do 1 ciclo já têm turmas mistas; se sabiam que pelo menos 7 destas 11 escolas não têm alunos no primeiro ano, nem no segundo ano de escolaridade.



Fls. _____

Informou que em 2021 nasceram somente 10 crianças na freguesia de Santa Maria de Sardoura, e que por força disso a única escola do 1.º Ciclo aberta na freguesia vai ter somente 10 crianças no ano letivo 2026/2027, contra as 20 crianças que estão atualmente, ou seja, metade.

Questionou se os presentes sabiam que em 2021 (nasceram 80 crianças) foi o ano em que o concelho teve o menor número de nascimentos, informação que foi dada pelo Sr. Presidente da AM no Conselho Municipal de Educação realizado a 21 de janeiro de 2022, o que significa que daqui a 6 anos teremos apenas 80 crianças a ingressar, em todo o concelho, no 1.º Ano do 1.º Ciclo; se sabiam que numa década, conforme disse o Sr. Presidente da Câmara nesse Conselho Municipal de Educação, de 2009 a 2020 o concelho perdeu 44,68% da nossa população escolar; se sabiam que a Escola EB2/3 do Couto Mineiro só vai ter 40 alunos no 3.º Ciclo no próximo ano letivo, contra os 89 que tem atualmente; se sabiam que no ano da sua inauguração, há cerca de 20 anos, a Escola EB 2/3 do Couto Mineiro tinha mais de 300 alunos no 2.º e 3.º Ciclo; se sabiam que muitos dos JI e EB1, por não cumprirem a legislação em vigor, não poderiam estar a funcionar, informação prestada pela Senhora Diretora a 3 de janeiro deste ano no Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Castelo de Paiva, tendo ela também dito que o JI de Vila Verde só está a funcionar para aguentar o lugar de uma professora; se sabiam que a Dgeste em e-mail em que informava a Câmara Municipal dos rácios, colocava a hipótese de analisar esses rácios com a autarquia e que aceitamos aquele número dos 97 como dado adquirido.

Informou que nos últimos 16 anos fecharam muitas escolas concelho: Gondra, Almansor, Guirela, Pejão, no Paraíso, Gaído e Picão, em Pedorido, Cascavalhosa, Mó, Nojões e Gilde, em Real, Santo Ildefonso e Folgoso, na Raiva, a Escola de Sá, em Santa Maria de Sardoura, a de Vila Verde, em São Martinho, Ladroeira, em Bairros, e as Escolas n.º 1 e n.º 2 de Sobrado, concentraram-se na antiga EB2/3, transferindo-se os seus alunos para as instalações da Escola Secundária.

Realçou que são estas as preocupações que o levaram há meses a esta parte a solicitar às autoridades competentes um debate profundo sobre o problema da educação no nosso concelho, a necessidade urgente de rever a Carta Educativa e refletirem sobre o reordenamento da rede escolar, porque hoje há alunos em JI e EB1 fora da sede do concelho, a serem prejudicados porque não dispõem dos mesmos recursos educativos que dispõem as crianças que frequentam a antiga EB 2/3 de Sobrado. Disse que já em 2016 o então Presidente da Câmara escrevia ao gabinete da então Secretaria de Estado da Educação, falando na concentração no futuro Centro Escolar a propósito da manutenção das EB1 da Ladroeira e de Nojões.

Salientou que o Sr. Presidente da Câmara afirmou no Conselho Municipal de Educação realizado em 21 de Janeiro de 2021, que face à redução drástica de alunos, e citou: "... é bom que toda a comunidade educativa reflita sobre estes números e, mesmo tendo consciência da dificuldade da tomada de decisão de encerramento de escolas, é importante que se faça uma reflexão muito concisa e muito focada no que é a realidade do município ... e que se encontra a ponderar a necessidade de encerrar algumas salas/escolas, até para o próprio desenvolvimento social e convívio das crianças" "... muitas escolas necessitam de obras e remodelações, e que na mesma freguesia ou na mesma área geográfica existem outras com melhores condições, o que poderia implicar a deslocalização desses alunos para um edifício melhor".

Referiu que tal como afirmou no Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Castelo de Paiva, não adianta contratar Assistentes Operacionais e Assistentes Técnicos para escolas sem alunos, porque sem crianças não há escolas. Disse que foi isso que em dezembro levou os membros do UCPT a votar contra a contratação de mais Assistentes Operacionais sem se fazer previamente um estudo aprofundado nesta matéria.

Relativamente ao Plano de Recrutamento do pessoal afeto diretamente ao Município, disse que é frontalmente contra o facto de a Câmara Municipal passar a ter dois veterinários municipais, quando concelhos aqui ao lado,



como Cinfães, não tem nenhum e Arouca contratou agora um (pediu para ter acesso ao relatório anual de atividade de um veterinário municipal).

Em relação ao Motorista para a área da saúde, disse que a será o único serviço público em Castelo de Paiva a ter direito a um motorista, pois não só o Sr. Presidente da Câmara não o tem, como serviços como a Segurança Social, as Finanças também não o têm.

Concluiu, referindo que era importante que os membros da Assembleia Municipal tivessem acesso aos mapas a que acedeu no Conselho Municipal de Educação (está ali representado por outra via), órgão no qual o Sr. Presidente da AM os representa, para que as pessoas possam ter a realidade concelhia, para onde caminham e onde vão chegar.

O membro Manuel Mendes (GMPS) usou da palavra para dizer que neste documento conseguem misturar áreas, dando especial enfoque à educação, em que cada um puxa pelos seus argumentos tendo, cada um, a sua razão. Deu nota que vinham de uma situação em que o Município tinha uma despesa fixa com pessoal prevista para este ano correspondendo a cerca de 1/3 do seu orçamento global. Disse que sabendo-se que a capacidade de execução é de 70%, está-se a falar de valores reais muito próximos dos 45% do orçamento real afeto a custos com o pessoal, o que quer dizer que o dinheiro não dá para outras coisas que sejam prioritárias.

Defendeu que a democracia exerce-se através do diálogo, pelo que numa governação minoritária, antes de se chegar a esta situação, que sirva de lição para futuro que para documentos estruturantes, o partido do poder não dê como adquirido que os partidos e os movimentos da oposição vão ter posição diferente àquela que o partido do poder teve quando esteve na oposição.

Salientou que o documento atual não os satisfaz na totalidade, mas acham que houve uma redução de cerca de 200.000,00€/ano em custos com o pessoal.

Deu nota que foi dito que grande parte das contratações, nomeadamente na área da educação, estariam salvaguardadas pelo Orçamento de Estado, pelo

Assinatura



Fls. 243

que questionava se na eventualidade dos postos de trabalho afetos a essas contratações deixarem de existir, quem é que vai assumir os custos desses salários.

Deu também nota que perceberam que há um decréscimo significativo de estudantes atualmente com cinco anos; há uma redução significativa de estudantes com quatro anos e uma ainda maior de estudantes com três anos, o que significa que, mais cedo ou mais tarde, é inevitável falar em encerramento de escolas.

Informou que solicitaram ao Sr. Presidente da Câmara e Vereadores que se comprometam a proceder à contratação faseada de recursos humanos, salvaguardando a questão da previsibilidade do encerramento de escolas a curto prazo, e desafiam todos os GM, o UCPT e o Sr. Presidente da AM, a fazerem um debate sério sobre a educação que querem para o concelho para a próxima década, convidando as entidades competentes na área da educação. Disse que é importante, para que não estejam a falar em setembro em manter escolas abertas com 4 alunos, algo que não é pedagógico, nem benéfico para o desenvolvimento intelectual e sociocultural das crianças.

Concluiu, referindo que o GMPS desafia a AM, para que ainda neste ano letivo se realize uma sessão extraordinária deste órgão com a presença das entidades competentes na área da educação para discutirem de forma séria a educação que querem para o concelho para a próxima década.

O membro Vanessa Pereira (GMPSD) usou da palavra para dizer que é curioso e caricato ouvir falar em discutir a educação, rever a Carta Educativa, da parte de quem esteve doze anos no poder e não conseguiu discutir a educação, nem rever uma única vez a Carta da Educativa, e ainda vir dizer que quem está aqui há um ano e meio é que já devia ter feito isso. Salientou que a discussão sobre este Mapa de pessoal fez com que as pessoas tivessem interesse sobre o que se discute na AM, porque hoje um dos assuntos que mais se ouve falar lá fora é sobre o Mapa de Pessoal.

[Handwritten signature]



Fls. _____

Referiu que relativamente à postura de verticalidade, se se derem ao trabalho de ler todas as intervenções que fizeram há alguns anos, se calhar encontrarão coisas engraçadas, do género de se dizer aqui que o PSD nunca aprovou nenhum documento do PS, mas quem o disse também chumbou documentos do PS.

Deu nota que diz-se que o PSD está em minoria e tem de ouvir a maioria, mas quando o PS esteve em minoria na AM em 2011, nunca teve o cuidado de pedir a opinião a alguém; teve documentos chumbados e nunca reuniu com os membros da AM do PSD.

Realçou que o que hoje se está a discutir é um problema que a Câmara Municipal tem relativamente ao seu Mapa de Pessoal, que é um documento estratégico e que o executivo decidiu que era aquilo, e que a maioria representada pelo PS e pelos movimentos de cidadão decidiram que não era aquilo, pelo que o partido que foi eleito para governar viu-se limitado em aprovar um documento que acreditava que era o necessário para repensar o documento, que foi aquilo que os membros que têm a maioria e acham que podem usar quando lhes apetece, pediram ao Sr. Presidente da Câmara. Salientou que este não é o Mapa de Pessoal que o executivo em permanecia queria.

Sobre a questão de o Sr. Presidente da Câmara se dever demitir, disse que isso era o que o membro do GMPS queria, ou seja, que à primeira dificuldade o Sr. Presidente da Câmara se demitisse, algo que não ouviu ninguém dizer ao Dr. Gonçalo Rocha em 2011, quando viu o seu Mapa de Pessoal chumbado. Disse que este é o tipo de argumentação na qual os Paivenses que os ouvem já não acreditam.

Deu nota que estão perante uma Mapa de Pessoal com 40 postos de trabalho, sendo que o último Mapa do Pessoal apresentado pelo PS em 2020 para o ano de 2021, veio à AM com 39 postos de trabalho propostos, sem a delegação de competências na educação e na saúde, sendo que ninguém do PS fez qualquer intervenção sobre o documento.

Fls. 244

Referiu que estão a propor um Mapa de Pessoal com 40 lugares, com a delegação de competências na saúde e na educação assumida.

Informou que o concurso que muita confusão mete a tanta gente, foi aberto pelo PS numa reunião de Câmara realizada a 29 de agosto de 2019, e disse a pessoa que o apresentou na altura, e citou: "... atendendo à política de descentralização e transferência de competências para os municípios, bem como as aposentações ocorridas e os processos de aposentação em curso, verifica-se a necessidade de dotar os serviços de recursos...". Ou seja, disse, o procedimento que tanta gente diz que são "fatos a medida" foi aberto pelo PS, não foi aberto por este executivo, com a desculpa de dizer que tinha a ver com a política de transferência de competências para o município que levava à necessidade de se recrutarem novos recursos humanos para a Câmara Municipal. Referiu que na altura reiterou que a abertura desse procedimento representava a entrada de mais 35 funcionários para a Câmara Municipal, e que esses 35 lugares iriam ajudar na descentralização.

Deu nota que as competências foram assumidas já pelo PSD, dado que o PS não assumiu nenhuma competência porque foi sempre "empurrando com a barriga para frente", e por isso causa-lhe alguma estranheza continuar-se a falar no dito concurso.

Sobre o mérito da proposta, disse que o executivo em permanência apresentou uma primeira proposta com 52 lugares, baseado nas necessidades apontadas pelas Diretoras das escolas, pelos responsáveis do "ACES – Agrupamento de Centros de Saúde do Vale do Sousa – Tâmega/Sul" e pelos responsáveis dos serviços da Câmara Municipal. Informou que se entendeu que fazendo a conta aos 52 lugares, eventualmente, se fossem recrutados todos os lugares, seriam gastos 520.000,00€; que todos sabem, e o PS também sabe, que quando se faz um Plano Anual de Recrutamento, que nem sempre esse plano é feito de forma fidedigna, ou seja, para que sejam admitidas todas as pessoas. Disse que isso é fácil de perceber, porque no último Plano Anual de Recrutamento do

*Ana Paula
M.A.*



Fls. _____

PS que previa 39 lugares, perguntava se alguém sabe quantas pessoas daquelas 39 foram recrutadas: não foram 25, não foram 20, ou seja, os planos nem sempre corresponde à realidade, correspondem àquilo que o Município acha que necessita.

Salientou que isto só é uma derrota política para quem vê no defender os interesses dos Paivenses política ou politiquice. Disse que ainda bem que o Sr. Presidente da Câmara pôs os interesses dos Paivenses em primeiro lugar, porque fartos estávamos eles de quem punha interesses partidários sempre à frente dos interesses dos Paivenses.

O Sr. Presidente da União das Freguesias de Sobrado e Bairros, António Costa (GMPSD), usou da palavra para dizer que discordava da maior parte das coisas que ouviu até ao momento.

Salientou que quem escolhe o executivo para o governo do concelho durante quatro anos são os eleitores, pelo que deviam deixar o executivo governar e, no final do mandato, o povo faz o seu julgamento.

O Sr. Presidente da Câmara usou da palavra para dizer que para o executivo em permanência as necessidades de recrutamento eram os 52 lugares, que a oposição achava que não o eram.

Referiu que dizer-se que vamos ter menos crianças, infelizmente é o que se tem visto todos os anos.

Salientou que a Carta Educativa é de 2006, pelo que alguém esteve cá desde essa data e não alterou o documento; que ninguém quis saber do reordenamento da rede escolar; que já se falava da natalidade.

Desafiou a que assumam que querem um Auxiliar de Ação Educativa para cada 40 crianças, já não falando das crianças com necessidades educativas especiais. Disse que felizmente não é isso que a Dgeste diz, pelo que têm a oportunidade de com financiamento através da delegação de competências poder dar o melhor acompanhamento, uma melhor educação e um melhor serviço educativo às nossas crianças.

Aero Soberas
HM



Fls. 245

Salientou a situação da escola de Crava que tem 22 crianças, para a qual teve de deslocar uma funcionária da limpeza da Biblioteca Municipal para que a escola não fechasse.

Relativamente ao decréscimo do número de crianças, disse que sem querer fazer futurologia, têm-se fixado mais pessoas no concelho, inclusivamente crianças de outras nacionalidades que se tem matriculado nas nossas escolas; que há crianças que não estão nos JI porque têm retaguarda familiar; que há investimentos que estão a ser feitos ao nível da indústria que, possivelmente, nos próximos três anos, podem vir a criar entre 800 e 900 postos de trabalho (basta analisar uma unidade industrial que está a fazer uma ampliação para 500 postos de trabalho), o que é motivo para poderem vir a captar mais pessoas para o concelho e, se correr bem, com mais crianças, que é o que precisam.

Realçou que se o Município de Cinfães não tem um Veterinário que isso é problema deles, tendo justificado a necessidade de se contratar um Veterinário com a existência do canil; com as queixas relativas a gatos e cães que se encontram ao abandono; que o Veterinário poderá fazer esterilizações e cirurgias, sendo o seu salário pago a 66% por Cinfães. Informou que 40% vencimento do atual veterinário municipal é pago pela “DGAV – Direção-Geral de Alimentação e Veterinária” e pelo “ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e da Floresta”, pelo que se forem a analisar as contas, os 60% mais os 34% do novo Veterinário que pode vir para o canil, representa que pelo preço de um, têm dois.

Deu nota que os serviços municipais têm pessoas com alguma idade que dentro de pouco tempo vão meter a carta para a reforma e terão de ser substituídas, pelo que com este Mapa do Pessoal e Plano Anual de Recrutamento não estão a cumprir qualquer promessa política, porque sempre afirmaram que podiam deixar cair a bolsa de recrutamento que existe e que transitou do anterior executivo e que termina em setembro: o princípio que assumiu foi o de que se há necessidades vão recorrer à bolsa do concurso anterior.



Fls. _____

Esclareceu que em relação às insinuações sobre as entrevistas, que estas valem 30% do total da nota final, dado que os testes psicotécnicos e o teste escrito valiam 70% e já haviam sido realizados no anterior mandato. Disse que é importante que se compreenda isso para que depois não haja insinuações de que o que conta é a entrevista.

Salientou que nem ele, nem ninguém com bom senso, pode achar que uma única pessoa consegue tomar conta de 40 crianças, pelo que espera que com a redução que foi feita, não por vontade própria, mas obrigado, o Plano Anual de Recrutamento seja aprovado e possam seguir em frente, e que toda a gente trabalhe com dignidade, porque andar vinculado com contratos “CEI – Contrato Emprego Inserção” e contratos a termo também não é vida para ninguém: é preciso dar dignidade e estabilidade às pessoas que trabalham, porque isso também é dar qualidade de vida à população; é respeitar quem toma conta daqueles que nos são mais próximos.

A Vereadora Liliana Vieira interveio novamente para, referindo-se à intervenção do membro João Vieira (GMMPP), dizer que relativamente à questão das entrevistas, que o executivo não faz entrevistas. Disse que depois do candidato ser aprovado o executivo só faz a negociação salarial, que é o que deriva da lei.

Referiu que fez algumas negociações salariais a alguns candidatos que se propuseram a vir para Castelo de Paiva, mas achou numa dessas negociações salarias que alguns queriam vir ganhar mais do que os chefes. Referindo-se à intervenção do membro Manuel Mendes (GMMPS), explicou que o compromisso que está assumido pelo Governo é o de que embora no decorrer do ano letivo estar definido o rácio de 90 Assistentes Operacionais, se no ano seguinte houver uma redução desses rácios é o Governo que assume esse custo.

Explicou também que havendo aposentações de Assistentes Operacionais, o Município não pode proceder à substituição desses profissionais.

Deu nota que o Governo e a “ANMP – Associação Nacional dos Municípios Portugueses” acordou, em julho do ano passado, em matéria de

mais tarde
246



Fls. 246

custos com pessoal nas áreas da educação e da saúde, que iria assumir os custos com a “ADSE” e com os acidentes de trabalho, que era algo que não estava contemplado na transferência de competências.

Salientou que ter quarenta ou cinquenta funcionários do Mapa de Pessoal não quer dizer que só haja entradas e que não haja saídas, porque no ano passado foram contratados dezanove funcionários pelo Município, mas saíram 18. Disse que os custos com pessoal nos Municípios não têm só a ver com o recrutamento, dado que se calhar, no passado, muita gente beneficiou de avaliações supras (SIADAP), porque se calhar em alturas que deu jeito a alguém, todos os funcionários tiveram avaliação de “relevante” e até ultrapassaram as quotas, sendo que isso tem impacto nas contas do Município.

Referiu que assinou a proposta referente ao limite de 520.000,00€ para admissão de novos funcionários, sendo que este é um valor previsional, constando também do documento as alterações de posição remuneratória que advêm, em muito, daquilo que foi praticado no passado.

O membro Manuel Mendes (GMPS) interveio novamente para dizer que o documento é uma versão semelhante àquela que reprovaram em dezembro: mais contida na despesa, resultante da negociação imposta pelo PS, mas ainda assim divergente da realidade nas necessidades do Município.

Salientou que, infelizmente, não lhes parece razoável o excesso de otimismo do PSD face às necessidades futuras, e preocupa-os as despesas salariais com eventuais admissões que não correspondem à realidade.

Referiu que esperam um compromisso sério de boa gestão das contas públicas, e que esperam ver a prometida gestão empresarial com a reorganização dos serviços municipais, sendo que assistem ao debate demagógico, populista, juntamente com todas as outras trapalhadas que só os fizeram perder tempo, mas, ao mesmo tempo, mostrou um pouco mais do perfil de cada um dos eleitos.



Defendeu que este documento é estratégico, mas não é o melhor para o concelho: é excessiva a contratação, não está programada a contratação, não reflete as necessidades reais do município (principalmente na área da educação), esperando que não seja um tiro de partida para o despesismo desenfreado.

Concluiu, referindo que o PS não poderá concordar com a aprovação do documento, mas permitirá a sua viabilização.

Deliberação: Apreciados e aprovados por maioria com 15 abstenções (10 do GMPS, 3 do GMMPPM e 2 o UCPT) e 12 votos a favor (11 do GMPSD e 1 do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Real (GMMPPM), a proposta de Plano anual de Recrutamentos, Caracterização dos Postos de Trabalho e Mapa de Pessoal – 2023.

O membro Paulo Vieira (UCPT) proferiu a seguinte declaração de voto:

“– Nós na vida temos de aprender a ceder.

Há momentos na vida em que muito mais importante do que as nossas opiniões, que os nossos egos, é o destino de Castelo de Paiva, e por vezes nós temos de aprender a ceder.

Houve de facto uma cedência da parte da Câmara Municipal; conseguimos alguns dos nossos objetivos; não é inteiramente do nosso agrado, mas uma vez que houve uma boa atitude por parte da Câmara Municipal, foi isso que nos levou a alterar o nosso sentido de voto para a abstenção para não estarmos aqui a criar obstáculos, mas sim a defender os interesses de Castelo de Paiva.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho, Francisco Silva (GMPSD), proferiu a seguinte declaração de voto:

“- Votei favoravelmente este Mapa de Pessoal apenas por uma necessidade dos serviços, porque este não era o meu Mapa de Pessoal”.

O membro Carlos Trindade (GMPSD) proferiu, em nome do GMPSD, a seguinte declaração de voto:

“– O PSD votou favoravelmente porque entendeu que o executivo embora tinha dito que este não é o seu mapa, que o seu mapa foi o que apresentou

no início, ou seja, 52 pessoas, no entanto, o GMPSD entende que este executivo não se pode ver quartado de tentar preencher e colmatar todos os serviços, quer os serviços do Município, quer das nossas escolas.

E nesse sentido, embora esta Mapa de Pessoal não venha, de certa forma, satisfazer, entendemos que, em parte, vai colmatar.

Esperemos que a breve trecho o futuro não nos venha a dar razão e que, sobretudo, os nossos serviços municipais que hoje têm grandes déficits, os Paivenses não vejam, de certa forma, os seus processos parados porque não temos um Engenheiro ou um Arquiteto.

Dai a nossa decisão de votar favoravelmente.”

O membro Manuel Mendes (GMPS) proferiu, em nome do GMPS, a seguinte declaração de voto:

“- Os eleitos pelo Partido Socialista votaram neste ponto através da Abstenção pelos seguintes motivos:

1. Não nos revemos no documento;
2. O documento não reflete as reais necessidades do município;
3. Não foi feita uma análise estratégica prévia que sustente as contratações previstas, principalmente na área da educação.
4. Não foi feita a reorganização dos serviços que poderia servir de uma verdadeira análise às reais necessidades do município;
5. Apesar de não concordarmos com o conteúdo deste documento, aqui aprovado, apesar se não nos revermos na falta de organização e de estratégia governativa, o Partido Socialista é um partido de responsabilidade governativa, com sentido do dever da estabilidade governativa e viabiliza este documento apenas com a convicção de permitir a governabilidade da Câmara Municipal.”
8. *Apreciação e deliberação de Proposta de prorrogação do prazo de transferência das competências para o Município no domínio da ação social.*



Presente uma proposta da Câmara Municipal subscrita pelo Sr. Presidente da Câmara relativa a este ponto, que fica arquivada na pasta anexa à presente ata.

O Sr. Presidente da Câmara usou da palavra para fazer uma breve apresentação deste ponto.

O membro Paulo Teixeira (UCPT) usou da palavra para dizer que aquando da transferência de competências na área da educação, pensa que a Vereadora Liliana Vieira deu a informação de que era preciso reforçar os recursos humanos na secção de pessoal por causa dos cerca de cinquenta funcionários transferidos para o município.

Informou que há cerca de 320 pessoas no concelho com o “RSI - Rendimento Social de Inserção”, cuja tramitação, até agora, decorria na Segurança Social, pelo que questionava quantas pessoas estão previstas nos recursos humanos do Município para tratar desses casos.

O membro Rocha Pereira (GMPS) usou da palavra para dizer que deseja que o executivo municipal não cometa na ação social os erros que foram cometidos na educação.

O Sr. Presidente da Câmara usou da palavra para dizer que esta proposta de prorrogação deriva do facto de a alteração do pacote orçamental que vem com a delegação de competências para o Município ainda não contemplar o aumento das verbas que estão previstas.

Referiu que estão a analisar todos os cenários, tendo dado o exemplo do protocolo que tem existido com uma IPSS na zona Couto Mineiro do Pejão para o acompanhamento dessas situações, havendo inclusive a possibilidade de se estabelecerem protocolos com mais entidades. Disse que neste momento os acompanhamentos que são feitos no Município são cerca de 200, porque a parte do pagamento do “RSI - Rendimento Social de Inserção” continuará sob a alçada da Segurança Social.

Salientou que, infelizmente, também há a possibilidade de haver a necessidade de reforçar alguns apoios sociais em função da conjuntura que se está a viver.

Anulado
VIA
J



Fls. 248

Realçou que as técnicas do Município tem sido incansáveis no acompanhamento do trabalho que é desenvolvido pela Segurança Social, bem como das questões sociais do concelho.

Deliberação: Apreciada e aprovada por unanimidade.

9. Apreciação e deliberação da Carta Social Municipal de Castelo de Paiva.

Presente para apreciação e deliberação a Carta Social Municipal de Castelo de Paiva, cujo original ficará arquivado na pasta anexa à presente ata.

O Sr. Presidente da Câmara usou da palavra para fazer uma breve apresentação deste ponto.

O membro Paulo Teixeira (UCPT) usou da palavra para dizer que se extraem conclusões muito importantes deste documento com as quais se têm de preocupar: a diminuição de crianças e jovens em Castelo de Paiva deve merecer de todos uma, e citou: "... reflexão profunda acerca do seu significado em termos de sustentação e continuidade da própria comunidade".

Deu nota que em 2014 nasceram 126 crianças no concelho, e o nível tem vindo sempre a decrescer atingindo o número de 80, em 2021 e, por outro lado, o número de óbitos aumentou; que numa década são mais as pessoas que saíram do concelho do que as que entraram; que a população está cada vez mais idosa.

Referiu que a Carta Social apresenta cinco aspetos negativos da realidade do concelho: a redução da população residente; a redução de crianças e jovens; o aumento do índice de envelhecimento; a baixa natalidade e o aumento da monoparentalidade.

Disse que o documento também informa que neste ano letivo há 366 crianças inscritas nos Jardins de Infância, 94 das quais no sector privado; que no ano letivo 2024/2025 terão 84 crianças, com 3 anos, a frequentar esses mesmos JI, e 95 com 5 anos a frequentar esses mesmos estabelecimentos.



(Assinatura)
Vota.
X

Salientou que outra situação preocupante que consta na Carta Social é o número de processos existentes na “CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens” referentes a 2021, a saber 126 processos, para além do aumento exponencial do fenómeno da violência doméstica: de 2017 a 2021, os casos de violência doméstica, que estão registados, aumentaram 135,71% (há muitos mais que não se encontram registados).

Salientou também os valores médios de salários auferidos pela população Paivense, 853,00€, que são os mais baixos que se registam nos 11 concelhos da “CIM-TS - Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa”, sendo que a média na Região Norte é de 1.100,00€ mensais.

Propôs um voto de louvor aos técnicos superiores do Município Dra. Andreia Gomes e Dr. Carlos Gonçalves.

Concluiu, dizendo que a Carta social foi feita a custo zero por estes dois técnicos municipais, exemplo que devia ser seguido, por exemplo, na revisão da Carta Educativa.

O membro Jorge Quintas (GMMPPM) usou da palavra para dizer que o relatório está bem feito e espelha a realidade do concelho.

Deu nota que uma das conclusões que se tira é a de que o concelho está a perder a população, a taxa de natalidade é baixa.

Realçou que não é só a questão da educação que é importantíssima, dai que o MPM tenha a educação e a saúde em primeiro plano, mas também a existência de uma estratégia, de medidas muito concretas para fixar a nossa população, porque os presentes devem conhecer casais novos que saíram do concelho, nomeadamente, para Canedo e para Alpendurada.

Defendeu que o concelho tem de ter uma zona industrial capaz de fomentar o emprego, de captar as empresas que querem cá ficar, de fixar os nossos jovens em Castelo de Paiva.

O membro Vanessa Pereira (GMPSD) usou da palavra para se associar às felicitações endereçadas aos técnicos que participaram na elaboração da Carta Social, e também dar os parabéns a todos aqueles, nomeadamente, às instituições que contribuíram para que a Carta Social fosse feita, o que

[Handwritten signatures]

demonstra que o concelho tem uma das melhores redes sociais municipais, com várias valências, conforme se pode ver no documento.

Deu nota que a Carta Social está inserida no âmbito da delegação de competências, foi elaborada em conjunto com a “CIM-TS – Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa”, tal todas as cartas municipais dos outros onze Municípios, tendo em vista a elaboração de uma Carta Social supramunicipal, com o apoio de uma empresa, que também apoiou os nossos técnicos, o que terá um custo para o Município, tal como para os outros dez parceiros da Comunidade Intermunicipal.

Salientou que têm um trabalho bem feito, que permite mapear todas as respostas sociais, o que quer dizer que qualquer pessoa consegue perceber que respostas sociais existem em cada freguesia.

Deu nota que haverá uma Carta Social digital que permitirá a qualquer pessoa, em qualquer sítio do mundo, consultar num sítio de internet a Carta Social de Castelo de Paiva, e uma carta supramunicipal que englobará todos os outros municípios da “CIM-TS – Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa”.

Realçou que para além da redução dos números da educação, não podem estar sempre a dizer que vão reduzir e reduzir, porque lembra-se que estavam sempre a dizer que iam reduzir e reduzir população, e quem nos governou foi descurando alguns serviços públicos essenciais, porque achavam que temos sempre de reduzir a população. Disse que foram descurados imensos serviços públicos desde os transportes, à saúde, etc.

Referiu que sabem quais é que são os problemas que têm, designadamente, o problema da habitação. Disse que hoje é muito difícil alugar uma casa em Castelo de Paiva; todos os prédios que são construídos são vendidos, questionando-se se por isso teremos pessoas a menos.

Deu nota que há outros problemas que também são visíveis neste relatório, que têm a ver com a violência, com o bullying, que também devem preocupar as pessoas.



Fls. _____

Reiterou que este é um documento que permitirá a todas as pessoas conhecerem as respostas sociais existentes no concelho: que há respostas sociais para as pessoas portadoras de deficiência; que existem “x” “EPIS”; que existem “x” lares.

Concluiu, desejando que a Carta Social seja um ponto de partida para poderem reverter todas as situações que os preocupam.

O membro Manuel Mendes (GMPS) usou da palavra para dizer que o documento está muito bem estruturado e é muito útil para a discussão das políticas sociais do Município.

Deu os parabéns aos autores da Carta Social de Castelo de Paiva.

O Sr. Presidente da AM usou da palavra para colocar à votação o voto de louvor e de reconhecimento proposto pelo membro Paulo Teixeira (UCPT), que chegou à Mesa e foi admitido, à Dra. Andreia Gomes e ao Dr. Carlos Gonçalves pelo trabalho realizado na elaboração da Carta Social de Castelo de Paiva, tendo sido aprovado por unanimidade.

Deliberação: Apreciada e aprovada por unanimidade.

O membro Vanessa Pereira (GMPSD) proferiu a seguinte declaração de voto:

“– O meu voto é a favor, mas o voto de louvor deveria ser extensível às pessoas que perderam um bocadinho de tempo e dedicaram o seu esforço a esta carta, nomeadamente, os técnicos das instituições, das escolas, todos os que contribuíram.”

O Sr. Presidente da AM referiu que não havendo oposição podia-se estender a proposta aprovada nos termos da declaração de voto do membro Vanessa Pereira (GMPSD). Não houve oposição dos membros da AM.

O Sr. Presidente da AM informou que chegou à Mesa uma proposta do GMPS propondo que, dado o adiantado da hora, se passasse agora para o ponto 10, ou seja, a designação de dois membros para a CPCJ de Castelo de Paiva, e que o ponto 11, e a informação referente aos pontos 12.1 a 12.5 passassem para AM de abril.



Assembleia Municipal de Castelo de Paiva

O membro Paulo Teixeira (UCPT) usou da palavra para dizer que face ao precedente que existiu de outra reunião que acabou à meia-noite, e considerando que relativamente ao ponto 11, que os representantes dos GM estiveram reunidos; que o assunto está praticamente despachado; que assumiram o compromisso na última AM que o assunto seria votado nesta Assembleia, é opinião dos membros do UCPT que esse ponto deve ser votado hoje.

O Sr. Presidente da AM perguntou ao membro Manuel Mendes (GMPS) se em função do conteúdo da intervenção do membro Paulo Teixeira (UCPT) o GMPS mantinha a sua proposta.

O membro Manuel Mendes (GMPS) respondeu que o GMPS retirava a proposta.

O membro Paulo Carlos Alves Vieira (UCPT) ausentou-se da sala.

10. Comissão Alargada da CPCJ de Castelo de Paiva – Representante da AM – Designação.

Presente o ofício n.º 5791 de 1 de fevereiro de 2023, remetido pela Exma. Senhora Presidente da CPCJ de Castelo de Paiva, Professora Giselda Neves, no âmbito do assunto em título, que ficará arquivado na pasta anexa à presente ata.

O Sr. Presidente da AM usou da palavra para dizer que tinha solicitado aos GM e os membros do UCPT, que pudessem chegar a um entendimento sobre os dois nomes a indicar, tendo sido informado que não houve esse entendimento.

Informou que a Comissária Alcina Correia termina o mandato no próximo mês de março e não pode ser renovado, pelo que têm de indicar um novo cidadão ou cidadã para a substituir.

Informou também que a Comissária Mónica Rocha termina o seu mandato em maio, pelo que para não sobrecarregar a próxima sessão da AM com o mesmo assunto, trouxe-o já a esta sessão, uma vez que a Comissária Mónica Rocha pode ser novamente indicada e renovado o seu mandato.



Fls. _____

Informou também que existe uma indicação do GMPSD e outra do GMMPM para a substituição da Comissária Alcina Correia, bem como uma indicação do GMPS e outra do GMMPM para a substituição da Comissária Mónica Rocha.

Referiu que não havendo consenso restava votar.

O membro Jorge Quintas (GMMPM) usou da palavra para dizer que quando apresentaram os nomes foi no sentido de que o membro Sílvia Cruz (GMMPM) ter as habilitações necessárias para o cargo em função da profissão que exerce, sendo que, no entanto, a sua profissão também funciona como “handicap”, porque muitas vezes não pode estar presente em reuniões. Disse que, mesmo assim, o GMMPM apresentou dois nomes, mas visto que o GMPSD e o GMPS apresentam outras soluções, informou que retiravam esses dois nomes que tinham proposto para a CPCJ de Castelo de Paiva.

Deliberação: Deliberado por unanimidade designar a Dra. Narcisa Teixeira, em substituição da Comissária Alcina Correia, e Dra. Mónica Rocha, renovação do mandato, com efeitos a partir de 21 de maio de 2023, como representantes da AM na Comissão Alargada da CPCJ de Castelo de Paiva.

O membro Paulo Carlos Alves Vieira (UCPT) reentrou da sala.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria de Sardoura, Ricardo Cardoso, ausentou-se da sessão.

11. Apreciação e deliberação de proposta de alteração ao Regimento da Assembleia Municipal.

Presente para apreciação e deliberação uma proposta da comissão criada pela AM para a alteração do Regimento que ficará arquivada na pasta anexa à presente ata.

O Sr. Presidente da AM usou da palavra para se congratular pela forma como o grupo reuniu e pela forma simples e prática com que apresentaram as propostas que vão ser apreciadas.

*Assento
V.M.
1*

Informou que deu nota ao Coordenador do GT que a apreciação na globalidade é aquela que foi feita aquando criação da comissão, pelo que agora vão fazer a apreciação na especialidade, ou seja, vão votar artigo a artigo os onze artigos sobre os quais existem propostas de alteração.

O membro Jorge Quintas (GMMPPM) usou da palavra para dizer que a alteração ao Regimento em apreço vai tornar a AM mais funcional e mais justa.

Apresentou uma proposta à Mesa, para uma eventual alteração ao n.º 2 e 3 do artigo 43.º, que tem a ver com a ordem e sequência das intervenções, uma vez que foi o único ponto de discórdia entre os membros do GT.

O membro Carlos Trindade (GMPSD) solicitou uma interrupção dos trabalhos por cinco minutos, que foi concedida.

Retomados os trabalhos **o membro Carlos Trindade (GMPSD)** usou da palavra para dizer que depois de terem reunido, ainda que de forma informal, solicitava ao Sr. Presidente da AM que não lesse já o documento apresentado pelo GMMPPM e que invertessem um pouco os trabalhos. Referiu que o Coordenador do GT, Manuel Mendes (GMPS) iria fazer uma breve apresentação dos trabalhos realizados pela comissão na alteração do Regimento, para que os membros da AM fiquem a saber que pontos é que discutiram mais, e menos, e o consenso que houve, passando-se depois à votação.

O Sr. Presidente da AM concordou e deu a palavra ao Coordenador do GT, Manuel Mendes (GMPS).

O membro Manuel Mendes (GPMS), na qualidade de Coordenador do GT, deu nota que o grupo de trabalho teve uma tarefa relativamente simples na execução dos trabalhos, resultante da cooperação que existiu entre os seus membros.

Deu nota que reuniram presencialmente por duas vezes, uma para a tomada de posse e a outra para uma reunião de trabalho. Disse que tiveram muito trabalho prévio e posterior às reuniões presenciais, e houve troca de correspondência com prazo de resposta de cerca de uma semana.



Informou que começaram por reunir as propostas de cada GM, seja a do GMPSD, seja a do GMMPM, conforme demonstra o documento enviado aos membros da AM.

Informou que houve consenso na maioria dos artigos alterados, exceto relativamente ao artigo 43.º n.º 2, e artigo 43 n.º 1, sendo que, no entanto, por maioria, os “partidários” acharam por bem manter as propostas ou o sentido da proposta que foi sugerida pelo GMPSD.

Informou também que relativamente à novidade do Regimento que propõem aprovar, o artigo 56.º, consubstancia-se na inclusão do n.º 4, designadamente, a possibilidade de gravação e transmissão em direto das AM através de vídeo. Referiu que essa situação causou algum constrangimento (falando na qualidade de líder do GMPS) apenas numa situação, que foi o facto de ser obrigatório a transmissão das intervenções de todos os eleitos, mesmo não sendo essa a vontade do eleito. Disse que os quatro representantes do Grupo do Trabalho aceitaram na reunião de há pouco que o tratamento dos eleitos fosse igual ao tratamento do público, ou seja, cada um deles preenche um formulário que pode ser discutido e ajustado se é por AM, ou se é por mandato, que se aceita, ou não, que durante a sua intervenção seja feita a transmissão vídeo e seja feita a gravação para posterior divulgação (foram basicamente esses pontos de discordia).

Deu nota que, pelos vistos, a situação referente ao artigo 43 mantém-se; quanto ao artigo 43 n.º 2 e 3 a situação também se mantém; quanto ao artigo 56.º, aparentemente há unanimidade, salvaguardando que o documento apresentado indica que é obrigatório, mas, no entanto, o relativo aos eleitos será exatamente igual ao público, que é ser facultativo e não obrigatório.

O Sr. Presidente da AM clarificou o teor da alteração ao artigo 4.º do Regulamento de Transmissão em Direto das reuniões, ficando o seu texto final nos seguintes termos: *“A transmissão em direto das intervenções dos deputados da AM e da câmara municipal (CM), nos termos legais*

Ana Paula
Márcia
P.



Fls. 252

aplicáveis carece de autorização ou consentimento porquanto se considera, neste âmbito, que a referida transmissão decorre do exercício do cargo para que foram eleitos e que desempenham e a reprodução da sua imagem e áudio é captada em lugares públicos, no exercício de funções de interesse público.”

De seguida passou à votação, tendo informado que nos termos do Regimento, para que cada alteração aos artigos seja aprovada tem de haver uma maioria de dois terços, ou seja, dezoito votos a favor.

Artigo 2.º N.º 1 (Composição)

- Redação final proposta pelo GMPSD

“A Assembleia Municipal (AM) é o órgão deliberativo do município, constituída por 27 membros - 6 presidentes de junta de freguesia e 21 membros eleitos pelo colégio eleitoral do município, designados de Deputados Municipais ou abreviadamente de Deputados.”

Deliberação: Proposta de alteração aprovada por unanimidade.

Artigo 21.º N.º 1 (Constituição)

- Redação final proposta pelo GMMMP e UCPT

“Os membros da A.M. poderão constituir-se em grupos políticos Municipais (G.M) mediante comunicação escrita ao Presidente da Mesa, que dará conhecimento ao plenário na reunião imediatamente seguinte e ficará a constar em ata.”.

Deliberação: Proposta de alteração aprovada por unanimidade.

Artigo 21.º N.º 2 (Constituição)

- Redação final proposta pelo GMMMP e UCPT

“Os eleitos ou o eleito da A.M por partido, coligação ou lista de independentes, e correspondentes Presidentes de Junta de Freguesia, presumem-se automaticamente constituídos em grupo político municipal, designado pela sigla G.M seguida das iniciais do respetivo partido político ou organização política. Devendo, os que não pretendam integrar-se nesse G.M, ou que tenham passado à situação de independentes, comunicar esse facto, por escrito, ao Presidente da Mesa, que dará conhecimento ao



Fls. _____

plenário na reunião imediatamente seguinte e ficará a constar da respetiva ata.”

Deliberação: Proposta de alteração aprovada por unanimidade.

Artigo 23.º Alínea g) (Poderes e Direitos)

- **Redação final proposta pelo GMMMPM e UCPT**

“Requerer a suspensão dos trabalhos por um período não superior a cinco minutos, a qual não poderá ser recusada.”

Deliberação: Proposta de alteração aprovada por unanimidade.

Artigo 31.º N.º 3 (Sala de reuniões)

- **Redação final proposta pelo GMMMPM e UCPT**

“3. Haverá lugares reservados ao público, com inequívoca distância dos lugares dos deputados.

4. Haverá também lugar para à comunicação social devidamente credenciada, mediante simples solicitação prévia ao Presidente da Mesa, podendo estes recolher som e/ou imagens.”

Deliberação: Proposta de alteração aprovada por unanimidade.

Artigo 37.º Alínea c) (Sessões extraordinárias)

- **Redação final proposta pelo GMMMPM e UCPT**

“... de um número de cidadãos eleitores inscritos no recenseamento eleitoral do município, equivalente a 5%, os quais devem, por seu punho ou arrojo, se não souberem assinar, indicando sempre o número do respetivo cartão de cidadão ou bilhete de identidade.”

Deliberação: Proposta de alteração aprovada por unanimidade.

Artigo 41.º N.º 1 (Intervenções abertas ao público)

- **Redação final proposta pelo GMMMPM e UCPT**

1. O período destinado à intervenção do público será dividido em dois tempos de 30 (trinta) minutos cada, um logo após o ponto “Assuntos gerais para o interesse do Município” e a outra no final da sessão.

2. Eliminar.”

Deliberação: Proposta de alteração aprovada por unanimidade.

Artigo 41.º N.º 1 (Intervenções abertas ao público)

- Redação final proposta pelo GMMMPM e UCPT

"1.O período destinado à intervenção do público será dividido em dois tempos de 30 (trinta) minutos cada, um logo após o ponto “Assuntos gerais para o interesse do Município” e a outra no final da sessão.

2. Eliminar."

Deliberação: Proposta de alteração aprovada por unanimidade.

O membro Jorge Quintas (GMMMPM) interveio novamente para dizer a proposta que entregou à Mesa se enquadrava no artigo (43.º) que a seguir se ia colocar à votação.

O Sr. Presidente da AM referiu que ou se chega a um acordo relativamente a esta proposta, ou tem de se votar alternativamente.

O membro Manuel Mendes (GPMS) interveio novamente para dizer que que o que ficou acordado foi trazerem aquilo que ficou definido no GT, e nos pontos divergentes cada um deu o seu parecer, sendo que os partidários concordaram em manter o primeiro e o segundo ponto que vão a votação, e os não partidários acharam por bem outro modo de operacionalizar esse artigo.

Salientou que representam os eleitos de cada um dos grupos municipais e a maioria aceitou trazer o ponto convergente pela maioria. Disse que não faz sentido proporem uma alteração à alteração ao Regimento, sendo que o que podem fazer é votar agora o artigo 43.º n.º 1 e 2, com os quais os movimentos independentes não concordam, e supondo que é aprovado ou não aprovado, de seguida, quem entender que alguma alínea que foi hoje aprovada não está em condições, ou não concorda com ela, inicia um novo processo numa nova comissão.

Defendeu que deve ser esse o procedimento, porque as comissões chegam à AM com um resultado efetivo, que foi o que apresentaram, pelo que o que vão votar agora é o resultado efetivo do trabalho do GT.

O membro Jorge Quintas (GMMMPM) replicou que compreendia o conteúdo da intervenção do membro Manuel Mendes (GMPS), mas o que desejava era que no artigo 43.º n.º 2 e 3 houvesse a versão com a qual os



outros membros do grupo concordavam, e que houvesse também a versão que o GMMPM queria que fosse dada.

O Sr. Presidente da AM referiu que a sua primeira reação era indeferir a proposta, na mesma medida em que as propostas que chegam hoje à AM são as propostas apresentadas pela comissão que foi criada para o efeito, e só podem ser admitidas hoje as propostas que a comissão apresenta, dai terem criado a comissão.

Salientou que o que deveria ter acontecido e não aconteceu (não sabe se foi lapso de interpretação dos membros, ou não), era os dois artigos em causa terem vindo com duas propostas que se votariam alternativamente, mas não foi isso o que a comissão determinou, nem partilhou com a AM.

Informou que face ao exposto indeferia a proposta que o GMMPM entregou à Mesa.

O membro Jorge Quintas (GMMPM) replicou que compreendia o que o Sr. Presidente da AM tinha dito.

Referiu que sendo aprovado como está, vai ser criada uma ordem rígida nas intervenções que vai empobrecer a dinâmica da AM.

O Sr. Presidente da AM reiterou o conteúdo da sua anterior intervenção, tendo de seguida dado seguimento à votação das propostas de alteração na especialidade.

Artigo 43.º N.º 2 (Pedido e uso da palavra)

- Redação final proposta pelo GMPSD

“A intervenção dos deputados faz-se, sempre que possível de forma alternada entre os diversos Grupos Municipais e pela ordem inversa da sua representatividade eleitoral, cabendo a cada Grupo Municipal indicar a ordem de intervenção.”

Deliberação: Proposta de alteração aprovada por maioria com 4 votos contra do GMMPM, 2 abstenções do UCPT e 20 votos a favor (11 do GMPSD e 9 do GMPS).

Artigo 43.º N.º 3 (Pedido e uso da palavra)

- Redação final proposta pelo GMPSD

[Handwritten signatures]



Fls. 254

“Por regra intervêm em último lugar os líderes de cada Grupo Municipal pela ordem inversa da sua representatividade eleitoral, salvo se disposição em contrário nos termos no número anterior.”

Deliberação: Proposta de alteração aprovada por maioria com 4 votos contra do GMMMP, 2 abstenções do UCPT e 20 votos a favor (11 do GMPSD e 9 do GMPS).

Artigo 56.º N.º 4 (Da publicidade)

- Redação final proposta pelo GMPSD

“4. As sessões e reuniões da AM podem ser gravadas e ou transmitidas em direto, nos termos de regulamento a aprovar por esta. - Novo.”

Deliberação: Proposta de alteração aprovada por maioria com 4 abstenções do GMMMP e 22 votos a favor (11 do GMPSD, 9 do GMPS e 2 do UCPT).

Deliberação (na generalidade): Deliberado por maioria aprovar a proposta de alteração ao Regimento da Assembleia Municipal.

O membro Paulo Teixeira (UCPT) proferiu a seguinte declaração de voto:

“– Queria com gratular-me com o facto de termos chegado a este momento. Foi nesta sala que este artigo 56.º, o último que votamos, foi falado a primeira vez, e neste caso eu como representante do UCPT propusemos logo de seguida (o candidato agora Presidente da AM disse a mesma coisa). Congratulo-me, porque foi uma coisa que nunca tive a oportunidade de fazer enquanto fui Presidente da Câmara, e que acho que é positivo para a democracia Paivense.

Se calhar, as pessoas já vão sentir a diferença de poder estar a assistir em casa em direto e quem não assistir pode ver no site do Município.

Dai a minha satisfação de ver aprovado as transmissões em direto da AM o que vai exigir mais dos membros da AM, mais rigor de todos.

E quanto àquilo que nos dividiu que foi só um artigo, pedia ao Sr. Presidente da AM, porque há aqui três palavras que vão fazer a diferença e vão estar nas suas mãos, no artigo 43.º n.º 2 que é “... a intervenção dos



Fls. _____

deputados faz-se sempre que possível...”, por isso sempre que possível se o Sr. Presidente puder dê a palavra a todos em momentos diferentes.”

O membro Jorge Quintas (GMMPPM) proferiu a seguinte declaração de voto:

“– A minha declaração de voto vai no sentido de felicitar a Assembleia pela resolução de um problema que se arrastava desnecessariamente, mas conseguimos pôr termo com bom senso e flexibilidade a isto.

Lamento só que a proposta que o MPM propunha, que acho que dava uma maior dinâmica, era mais justa, era mais equilibrada, era mais democrática a forma como se precediam as intervenções.

Felictito a Assembleia por fechar um capítulo de uma triste novela.”

12. Informação para apreciação e conhecimento da AM:

12.1. Compromissos Plurianuais – 4.º Trimestre de 2022.

A AM tomou conhecimento.

12.2. Declaração de compromissos plurianuais a 31.12.2022.

A AM tomou conhecimento.

12.3. Declaração de recebimentos em atraso a 31.12.2022.

A AM tomou conhecimento.

12.4. Declaração de pagamentos em atraso a 21.12.2022.

A AM tomou conhecimento.

12.5. Relatório de Atividades da CPCJ de Castelo de Paiva – 2022.

A AM tomou conhecimento.

Período de Intervenção do Público

13. Intervenção do Público.

Não houve intervenções.

A sessão foi encerrada às 1:00 horas, tendo-se aprovado, por unanimidade, a minuta, nos termos e para os efeitos previstos no nº.3, do artigo 57º. da Lei 75/2013, de 12 de setembro.

O Presidente,

N



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
CASTELO DE PAIVA

Fls. 255

O 1.º Secretário,

Ju Amorim

A 2.ª Secretária,

Ana Daugauda Brito da Rocha

